



---

**SOLAR FORMAÇÃO, PESQUISA E GESTÃO LTDA – EPP**

CNPJ: 06.079.533/0001-97

SCS Qd. 6, Bl. A, Ed. Presidente, Sala 409, Asa Sul, Brasília/DF – CEP 70327-900

Rua das Paineiras, 25, Bairro Jardim, Santo André/SP – CEP 09070-220

solar@solarconsultoria.com

www.solarconsultoria.com.br

---

**Contrato 09/SMADS/13**

Objeto:

**ASSESSORIA, METODOLOGIA E SISTEMATIZAÇÃO DOS EVENTOS DAS PRÉ-CONFERÊNCIAS E DA X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

Cliente:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SMADS.**

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – COMAS.**

Produto:

**RELATÓRIO PRÉ-CONFERÊNCIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA SUPERVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS SANTANA**



**SUAS**

Sistema Único de Assistência Social

Junho/2013

## SUMÁRIO

1. Apresentação .....	3
2. Plenária de Abertura .....	4
3. Resultado do Credenciamento.....	9
4. Relatório por eixo.....	10
4.1. Eixo I.....	10
4.2. Eixo II.....	12
4.3. Eixo III.....	14
4.4. Eixo IV .....	17
4.5. Eixo V .....	18
4.6. Eixo VI .....	20
5. Plenária Final .....	22
6. Delegados.....	25
7. Avaliação da Pré Conferência.....	26
8. Anexos.....	30
Anexo 1 - apresentação de slides SAS SANTANA .....	30
Anexo 2 - palestra foi ministrada por Abigail Silvestre Torres .....	34
Anexo 3 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo I - aprovado .....	38
Anexo 4 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo II - aprovado .....	40
Anexo 5 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo III - aprovado .....	42
Anexo 6 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo IV - aprovado .....	44
Anexo 7 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo V – aprovado .....	46
Anexo 8 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo VI – aprovado .....	48
Anexo 9 – Moções da Pré-Conferência Regional de Santana.....	50

## **SOLAR FORMAÇÃO, PESQUISA E GESTÃO LTDA – EPP**

**Objeto:** ASSESSORIA, METODOLOGIA E SISTEMATIZAÇÃO DOS EVENTOS DAS PRÉ-CONFERÊNCIAS E DA X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

### **PRODUTO – RELATÓRIO PRÉ-CONFERÊNCIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA SUPERVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS SANTANA**

#### **1. Apresentação**

O presente produto apresentará a síntese dos trabalhos desenvolvidos na etapa da Pré-Conferência Regional de Santana, realizada no dia 10 de junho de 2013, nas dependências da Faculdade Mozarteum (FAMOSP), localizada à Rua Nova dos Portugueses, 365, Santa Terezinha – Santana.

Durante esta etapa foi ressaltada a necessidade de avançar com relação à participação de usuários e da população de modo geral, e da importância do momento político nesta oportunidade de participação.

A Regional teve a participação reduzida, pois o terminal de ônibus de Santana foi fechado, em greve, e o local do evento não era de fácil acessibilidade, exceto por ônibus. De forma que dos 300 participantes previstos, apenas 86 compareceram.

Segue o relato do dia.

## 2. Plenária de Abertura

A Pré-conferência Municipal Regional de Santana teve início da plenária às 09:55h.

Após o hino, o Sr. Ronaldo Marcio Borges Barcellos fez a abertura da pré-conferência e faz a apresentação dos componentes da mesa. São eles: Sr. Lúcio Cesar Lopes Pereira, representante dos usuários, Sra. Lourdes do Carmo, representante dos trabalhadores sociais, Sra. Regina Keller, representante da sociedade civil, Sr. Luciano Araújo, representante da Subprefeitura Santana/Tucuruvi, Sra. Rosângela Garcia, Supervisora Regional de Santana, Sra. Rosa Maria Tomé Telles, representante da Comissão Central, e Sra. Solange Bernardino Silva, representante do COMAS/SP.

Todos os presentes discursaram sobre a importância da participação dos usuários e da população de um modo geral no processo e da importância do momento político.

Falaram também sobre os avanços da região e o aumento na demanda de serviços.

O mestre de cerimônia destacou a presença do Conselho Municipal do Idoso.

Em seguida, Sra. Rosa Maria Tomé Telles falou da importância da apropriação das Pré-Conferências e Sra. Solange Bernardino Silva, destacou a importância deste trabalho e declarou aberta a Pré-Conferência Santana/Tucuruvi.

A primeira fase foi encerrada e a mesa desfeita.

A Supervisora do SAS Santana apresentou alguns dados da região e destacou a região do Mandaqui como a de maior vulnerabilidade devido a grande quantidade de moradores de rua. Ela apresentou também os avanços na Rede de Proteção Básica Socioassistencial Conveniada e um quadro comparativo de serviços tipificados entre 2009/2012 com comparativo de custos. E ressaltou a necessidade dos recursos disponíveis serem mais bem distribuídos.

A apresentação da SAS encontra-se no Anexo 1 desse relatório.

Após a fala da Supervisora do SAS Santana, a Sra. Rosa Maria fez a leitura do regimento interno para aprovação da plenária e propôs que a pessoa que tivesse algum destaque levantasse o crachá para anotação da relatoria. Após a leitura todos os destaques seriam explanados e votados.

Nova mesa de trabalho foi composta e foi desejado um bom dia de trabalho para os presentes.

O Regimento e programação foram aprovados às 11:21hs, como segue.

**X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**TEMA: "A GESTÃO E O FINANCIAMENTO NA EFETIVAÇÃO DO SUAS."**  
**REGIMENTO INTERNO DAS 31 PRÉ-CONFERÊNCIAS – X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO**

### **CAPÍTULO I – ORGANIZAÇÃO**

**Art. 1º** - A Conferência de Assistência Social da Cidade de São Paulo é foro de debate, na defesa dos direitos socioassistenciais, civis e políticos e na garantia do sistema de proteção social da Assistência Social.

**Art. 2º** - A Pré-Conferência terá caráter deliberativo. Será realizada conforme publicação da Resolução 663/COMAS/SP/2013.

**Art. 3º** - A mesa coordenadora dos trabalhos da Pré-Conferência será composta por:

- I – Conselheiro do COMAS
- II – Dois Coordenadores (Comissão Regional)
- III - Um Mediador - Indicado pelo COMAS/SP;
- IV– Um representante da CAS e/ou SAS;
- V- Um representante da Sociedade Civil e
- VI – Autoridade(s) presente(s) na Pré-Conferência

**§ 1º** – A escolha dos membros da mesa coordenadora, à exceção do mediador, ficará a critério da Comissão Organizadora Regional.

**§ 2º** - Cabe aos Coordenadores:

- Dar início aos trabalhos;
- Garantir a palavra aos integrantes da Mesa e Plenário e
- Conduzir os trabalhos do dia;

**§ 3º** - Cabe ao Mediador:

- Assegurar a realização da Pré-Conferência observando o Regimento Interno e;
- Garantir a interlocução com a Comissão Organizadora Regional.

**Art. 4º** - A Comissão Organizadora Regional constituída em foro paritário composta por 03 (três) representantes do Poder Público e 03 (três) representantes da Sociedade Civil homologados pelo COMAS/SP através de Comunicado, após a realização de Assembleias nas 31 Regiões.

**Parágrafo Único** - As Comissões Regionais são de coordenação paritária (1 da Sociedade Civil e 1 do Poder Público), sendo passível de substituição a critério da Comissão Regional, respeitando a paridade.

**Art. 5º** - São participantes da Pré-Conferência:

- \* Conselheiros Municipais de Assistência Social;
- \* Representantes do Poder Público;
- \* Representantes de Entidades e Organizações, Trabalhadores e Usuários;
- \* Representantes de Fóruns Regionais e Municipal voltados para a Assistência Social;
- \* Representantes de Movimentos Sociais, Universidades, Conselhos de Categorias Profissionais e Fóruns de Etnia e de Gênero;
- \* Autoridades convidadas e presentes
- \* Convidados e Observadores.

**Parágrafo Único** - Os participantes da Pré-Conferência deverão ser maiores de 16 (dezesesseis) anos, mediante apresentação de documento com foto.

**Art. 6º** - Na Pré-Conferência, o credenciamento será presencial, realizado em horário previsto na programação, mediante assinatura da lista de presença com entrega da Ficha de Inscrição para Delegados, com a escolha referente ao Eixo temático até o limite de vagas.

**Parágrafo Único** – Fica estabelecido que a Ficha de Inscrição para Delegados deverá ser obrigatoriamente devolvida até a abertura do Plenário do período da tarde para confirmação do credenciamento, em local a ser designado pela Comissão Organizadora Regional, sob pena de ficar inabilitado a participar da X Conferência Municipal de Assistência Social, o participante que não devolver a ficha de Credenciamento de Delegados.

## **CAPÍTULO II - Da Temática e Programação**

**Art. 7º** - A Pré-Conferência terá como tema “A Gestão e o Financiamento na Efetivação do SUAS”, e como objetivo “Avaliar a situação da assistência social, propor e deliberar diretrizes para o

aperfeiçoamento do SUAS, enfatizando a participação e o controle social no município de São Paulo”

**§1º** - As temáticas deverão seguir as orientações do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo – CONSEAS/SP.

**§2º** - Os grupos temáticos da Pré-Conferência deverão deliberar quanto às metas em nível municipal, estadual e nacional relativas ao tema e seus respectivos eixos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS para a IX Conferência Nacional de Assistência Social.

**Art. 8º** - A Pré-Conferência terá a seguinte programação:

09h00 – Início do credenciamento

09h55 – Solenidade de abertura; Hino Nacional; Saudação das autoridades presentes; apresentação da Supervisão local;

10h30 – Leitura e aprovação do Regimento Interno da Pré-Conferência;

12h30 (ATÉ O MÁXIMO DE MEIA HORA APÓS O INÍCIO DA FORMAÇÃO DOS GRUPOS TEMÁTICOS)– Encerramento do credenciamento dos participantes.

11h00 – Palestra e debate

12h00 – Trabalho dos grupos por eixos temáticos

13h00 – Intervalo para almoço;

14h00 – Conclusão dos trabalhos dos grupos por eixos temáticos

16h00 – Prazo para entrega das moções;

16h00 – Plenário - Apresentação pelo Relator de cada grupo das propostas aprovadas nos grupos temáticos da Pré-Conferência para aprovação pelo Plenário; apresentação e votação de moções;

17h00 – Eleição e apresentação da delegação para a X Conferência Municipal de Assistência Social;

18h00 – Encerramento

**Parágrafo Único** – Esta programação poderá ser alterada para adequação às condições de cada região, desde que respeite a Resolução 663/COMAS/2013.

**Art. 9º** - Os participantes serão subdivididos em grupos temáticos:

**§ 1º** - Cada grupo terá um facilitador e relator contratados pela empresa de Relatoria e Sistematização

**§ 2º** - Cabe ao facilitador do Grupo:

I – Abrir e orientar a discussão;

II - Esclarecer dúvidas;

III - Coordenar os debates, assegurando o uso da palavra aos participantes;

IV - Assegurar que as propostas sejam encaminhadas e aprovadas por consenso ou maioria simples e;

V – Controlar o tempo

**§ 3º** - Cabe ao Relator:

I - Registrar as propostas do grupo em instrumento próprio;

II - Apresentar o relatório à mesa coordenadora e ao plenário.

**§ 4º** – Fica estabelecido que as discussões nos grupos temáticos serão registradas em áudio, sendo responsabilidade da Comissão Organizadora Regional disponibilizar equipamento de som para o plenário, tendo em vista que a Assessoria de Relatoria será responsável pela gravação das discussões e deliberações da plenária.

**Art. 10º** - Os participantes poderão fazer uso da palavra para intervenções nos grupos temáticos que não excedam 02 (dois) minutos ou poderão se manifestar por escrito e encaminhar ao Facilitador do Grupo.

**Art. 11** - As reuniões dos Grupos Temáticos deverão deliberar em seu tema específico as propostas que serão apresentadas no Plenário da Pré-Conferência. Após a aprovação, a Assessoria de Relatoria deverá sistematizar as deliberações para subsidiar a X Conferência Municipal de Assistência Social.

**Parágrafo Único** - A aprovação das propostas nos grupos dar-se-á por consenso ou maioria simples de votos.

**Art. 12** - As moções deverão ser entregues aos Coordenadores da Comissão Organizadora Regional até o início do Plenário de aprovação das propostas no período da tarde, com anúncio de término realizado pelo Coordenador da Mesa, e assinadas por pelo menos 15 (quinze) participantes.

### **CAPÍTULO III - PLENÁRIO FINAL**

**Art. 13** - O Plenário Final da Pré-Conferência será constituído pelos participantes, que deliberaram sobre as propostas apresentadas pelos relatores dos grupos temáticos.

**Art. 14** - O relator de cada grupo temático exporá sinteticamente no prazo de 10 minutos as considerações e propostas de cada grupo e entregará para a mesa coordenadora os formulários padrão preenchidos durante a discussão dos grupos temáticos.

**Parágrafo Único** – Visando a consolidação e sistematização dos resultados que serão apresentados na X Conferência Municipal de Assistência Social, as Comissões Organizadoras Regionais deverão entregar em até 02 (dois) dias úteis após a realização da Pré-Conferência, à Assessoria contratada o Instrumental 2 preenchido no item 7.1.

### **CAPÍTULO IV – Da Organização Regional**

**Art.15** - Organização Regional

**I** - As Comissões Organizadoras Regionais, correspondentes às 31 regiões, são responsáveis pela sua infraestrutura e organização, sendo acompanhadas e subsidiadas pela Comissão Organizadora Central, conforme previsto na Resolução 663/COMAS-SP/2013.

**II** - As Pré-Conferências de Assistência Social serão realizadas no âmbito das 31 regiões administrativas das subprefeituras, conforme segue: Butantã, Pinheiros, Sé, Lapa, Itaquera, Itaim Paulista, Cidade Tiradentes, São Miguel Paulista, São Mateus, Ermelino Matarazzo, Guaianases, Vila Maria, Pirituba, Freguesia do Ó, Casa Verde, Jaçanã, Santana, Perus, Campo Limpo, Capela do Socorro, Parelheiros, Santo Amaro, M'Boi Mirim, Cidade Ademar, Aricanduva/Vila Formosa, Ipiranga, Jabaquara, Mooca, Penha, Vila Mariana e Vila Prudente/Sapopemba.

### **CAPÍTULO V - DOS DELEGADOS**

**Art. 16** - Delegados (as)

**I** - O critério para a eleição de delegados(as) das Pré-Conferências de Assistência Social seguirá a normativa e deliberação do COMAS/SP. Os delegados(as) que serão eleitos na Conferência Municipal para a IX Conferência Estadual de Assistência Social seguirá a normativa e deliberação do CNAS e CONSEAS.

**II** - Será considerada, na escolha de delegados, a participação dos segmentos definidos nas orientações do CNAS, CONSEAS e do COMAS/SP.

**III** - Os delegados(as) à X Conferência Municipal de Assistência Social terão direito à voz e voto e deverão ser eleitos nas Pré-Conferências nas 31 Regiões.

**IV** - Os Conselheiros(as) do COMAS/SP, titulares e suplentes, são delegados(as) natos à X Conferência Municipal, desde que participem integralmente do processo em pelo menos uma das Pré-Conferências das Regiões, com direito à voz e voto.

**V** - A Comissão Organizadora Central da X Conferência Municipal de Assistência Social ficará responsável pelas listas dos delegados(as), observadores/as, referentes à X Conferência Municipal de Assistência Social, informando os seguintes dados: Regional, nome, RG, CPF, endereço para correspondência, telefone fixo e/ou celular, e-mail, segmento que representa, que estarão inclusos em formulário específico, anexo ao relatório.

**Art. 17** - Dos critérios de escolha dos Delegados(as) Titulares/Suplentes e Observadores, para a X Conferência Municipal de Assistência Social

**I** - Eleger delegados e observadores da Sociedade Civil para a X Conferência Municipal da Assistência

Social, garantindo o critério de 1/3 (um terço) para cada um dos segmentos - Usuários, Trabalhadores e Organizações/Entidades prestadores de serviços de Assistência Social.

II - A composição dos delegados da Sociedade Civil para a X Conferência Municipal da Assistência Social será acrescida dos 18 (dezoito) Conselheiros da Sociedade Civil do COMAS/SP, os quais participarão da X Conferência Municipal da Assistência Social, na condição de delegados natos em consonância com o Artigo 16 - Inciso IV deste Regimento.

III - Na representação da Sociedade Civil serão eleitos:

a) Delegados(as) titulares, na proporção de 1 (um) delegado eleito para cada 5 (cinco) participantes da Pré-Conferência. Estes terão direito a voz e voto na X Conferência Municipal da Assistência Social;

b) Delegados(as) suplentes, na proporção de 1 (um) delegado eleito para cada 10 (dez) participantes da Pré-Conferência. Estes terão direito a voz na X Conferência Municipal da Assistência Social;

c) Observadores - até o máximo de 10 (dez) por Pré-Conferência, ~~entre adolescentes e adultos~~ entre adolescentes, adultos e estagiários, os quais terão direito a voz na X Conferência Municipal da Assistência Social;

IV - Na representação do Poder Público serão indicados para a X Conferência Municipal da Assistência Social delegados nas Pré-Conferências em número igual ou até o limite da paridade da participação da sociedade civil. Só poderão ser delegados, os representantes do Poder Público que participarem integralmente de uma Pré-Conferência.

§ 1º Não poderão ser transferidas vagas não preenchidas por delegados do Poder Público de uma região administrativa para outras.

§ 2º - Serão eleitos os candidatos que entregarem para a Comissão Regional, a ficha de credenciamento devidamente preenchida em todos os itens, e no horário estabelecido, e obtiverem maior número de votos dos participantes, em pleito realizado em plenário.

§ 3º - Caso haja empate, proceder-se-á nova votação e ocorrendo novo empate, haverá sorteio.

§ 4º - Os delegados deverão ser apresentados pela Comissão Organizadora Regional para referendo final do Plenário.

§ 5º - Os delegados eleitos, ausentes no momento da apresentação, serão inabilitados, sendo indicado o suplente conforme a ordem decrescente de votos.

**Art. 18** - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Regional em conjunto com o representante do COMAS/SP mediador da Pré-Conferência, referendados pela plenária.

**São Paulo, 10 de julho de 2013**

**Comissão Organizadora Regional de Santana**

Lido e aprovado o regimento interno a mesa foi desfeita e teve início a palestra da professora Sra. Abigail Silvestre Torres. Ela terminou sua apresentação com a citação de Aldaís Sposati. (Anexo 2)

Ao final da palestra, a plenária foi encerrada e todos os participantes foram orientados a seguir para o almoço, já servido, e posteriormente para os eixos de trabalho.

### 3. Resultado do Credenciamento

O credenciamento teve uma contabilização prévia que determinou a divisão dos grupos nos espaços disponíveis. Após o encerramento do credenciamento, conforme regimento procedeu-se a contabilização final. Os números são os que seguem:

EIXO TEMÁTICO	NÚMERO DE INSCRITOS NO EIXO (FICHAS DE CREDENCIAMENTO)	FACILITADOR(A)	RELATOR(A)
Eixo 1 – O cofinanciamento obrigatório da assistência social.	07 INSCRITOS	Fabiana Tock	Marcela Dias
Eixo 2 – Gestão do SUAS: vigilância socioassistencial, processo de planejamento, monitoramento e avaliação.	09 INSCRITOS	Luiz Rala	Amanda Massaro
Eixo 3 – Gestão do trabalho.	21 INSCRITOS	Rosana Marcondes	Larissa de Araújo
Eixo 4 – Gestão dos serviços, programas e projetos.	29 INSCRITOS	Mariana Corásio	Raquel Santos
Eixo 5 – Gestão dos benefícios no SUAS.	14 INSCRITOS	Marilda Rahal	Janaína Rezende
Eixo 6 – Regionalização.	06 INSCRITOS	Liane Bittencourt	Fabiana Santos

Resultado da contagem de listas de presença.

Eixo	Nº de assinatura – Manhã	Nº de assinatura – Tarde
Eixo 1	07 assinaturas	06 assinaturas
Eixo 2	09 assinaturas	08 assinaturas
Eixo 3	21 assinaturas	21 assinaturas
Eixo 4	29 assinaturas	25 assinaturas
Eixo 5	14 assinaturas	12 assinaturas
Eixo 6	06 assinaturas	04 assinaturas

O resultado do credenciamento final é o que segue:

- 86 Participantes inscritos (ficha de credenciamento preenchida);
- 14 participantes do Poder Público – 13 municipais e 1 estadual.;
- 72 participantes da Sociedade Civil – 2 representantes de usuários, 5 representantes de entidades/ONG, 65 trabalhadores sociais.

Ao todo, 25 pessoas se candidataram a delegados. Todos os candidatos presentes no momento da aclamação foram eleitos, pois havia vagas para todos.

O resultado da eleição está contido no item 6. desse relatório.

#### **4. Relatório por eixo.**

##### **4.1. Eixo I**

Os trabalhos foram iniciados com a apresentação dos integrantes do grupo. Depois a facilitadora Fabiana apresentou o instrumental e explicou que deveriam ser discutido os avanços e as dificuldades da região, quais eram as prioridades entre as ações que não foram implementadas, quais eram as novas deliberações e caso houvesse tempo, o grupo faria uma avaliação geral da pré-conferência.

A facilitadora passou então para a leitura dos objetivos e da ementa do eixo e depois seguiu para a discussão dos principais avanços.

Foi esclarecida uma dúvida de um participante sobre um espaço para avaliação das deliberações de 2005 e 2007. A facilitadora explicou que o grupo trabalharia com as deliberações não implementadas de 2009 e 2011 e com as deliberações que estavam em andamento para que não houvesse repetições nas propostas. Foi explicado também a estrutura do caderno em relação às propostas não implementadas, implementadas e em andamento.

Os participantes concordaram que só houve uma proposta implementada.

Foi relatado também que a proposta orçamentária aprovada pelo COMAS não foi respeitada pelo legislativo e que também houve diminuição de audiências públicas.

Como avanço foi indicado à implantação da deliberação 38/2011. Um participante apontou como avanço para a região a ampliação dos equipamentos da rede socioassistencial com elevação do número de serviços apesar de achar que na região de Santana não há muita participação nas audiências públicas como ocorre nas regiões mais periféricas da cidade de São Paulo.

Outra participante relatou que outro avanço foi a disponibilização de verbas principalmente verba federal para os PTRs, mas acrescentou que os serviços da assistência social de São Paulo estavam aquém da verba disponibilizada e que ela atribuía ao fato de faltar recursos humanos e ressaltou que os gestores da cidade de São Paulo não sofriam por falta de verba.

Outro participante comentou que a verba do projeto Renda Mínima vinha da Educação.

Um terceiro participante que oferece serviço em sua casa relatou ter dificuldades com relação ao encaminhamento para o CRAS e concluiu que somente era atendido quem conhecia pessoalmente uma assistente social.

Outro participante relatou que 90% dos serviços da assistência social eram executados pelas organizações conveniadas e que isto demonstrava que a prefeitura não assumia minimamente o serviço social e o grupo concordou e acrescentou que as organizações deveriam ser complementares ao serviço oferecido pela prefeitura.

Outro avanço indicado pelo grupo foi a implementação parcial da deliberação 31/2011 e a facilitadora questionou o grupo se todos concordavam que houve um aumento no número de serviços na região. Esta afirmação fez com que um participante questionasse esse fato já

que para ele, houve aumento no número de moradores de rua nesta região que é considerada por muitos como um “bairro burguês”.

Foi consenso no grupo de que a percepção de aumento dos serviços estaria restrita ao bairro de Santana e não na cidade de São Paulo, foi então que um participante destacou que era preciso especificar o que aumentou e questionou se os participantes do grupo tinham este dado. Mediante este comentário, o grupo decidiu retirar o avanço do instrumental devido a falta de dados mais precisos.

Foi comentada também a deficiência no cadastro de indivíduos para receber o programa Bolsa Família o que faz com que sobre verba que poderia ser repassada para este. Uma participante comentou que achava mais digno a pessoa ganhar um dinheiro para alimentar-se do que receber uma cesta básica tão mísera.

O grupo elencou as dificuldades gerais nos seguintes tópicos:

- A existência de dicotomia entre o CRAS e as ONGs
- A falta de interesse por parte das ONGs em gerir projetos, já que o valor do repasse era baixo.
- A não observância do governo às deliberações e propostas orçamentárias do conselho.
- A falta de um comando centralizado, municipal ou estadual porque o recurso é repassado de fundo a fundo sem que haja um controle social o que ocasiona deslocamento de recursos que pode ser verificado no fato de haver mais investimento no fundo de solidariedade do que em outros serviços.
- O descompasso dos planejamentos anuais dos conselhos em relação ao ciclo orçamentário.
- O favorecimento do “clientelismo” porque os políticos negociam verbas diretamente com as entidades e ignoram a discussão do conselho.
- Emendas parlamentares que passam à margem dos fundos e do controle social.
- O desrespeito do Estado com relação às deliberações do conselho estadual, fazendo com que grande parte de seus recursos sejam destinados aos convênios diretamente com as entidades, favorecendo, desta forma, o “fisiologismo”.
- O alto índice de privatizações dos serviços na cidade de São Paulo.

O grupo optou em agrupar as dificuldades em detrimento de eliminá-las.

Foi comentado que as privatizações dos serviços só ocorriam em São Paulo e o grupo decidiu substituir a redação pelo “baixo índice de serviços executados diretamente pelo município”.

Passou-se então para a leitura das propostas que não foram implementadas e a facilitadora esclareceu que o grupo deveria escolher cinco entre as oito não implementadas.

Um participante questionou acerca da possibilidade de alteração da redação das deliberações que não foram implementadas ao que a facilitadora esclareceu que era possível redigir a nova redação, e que esta seria incluída como nova deliberação.

Outro participante destacou a dificuldade dos usuários em participar dos fóruns devido à falta de dinheiro para o deslocamento dos mesmos e que este tópico tinha mais adequação no eixo de financiamento.

O grupo decidiu eliminar três deliberações que consideraram menos prioritárias e priorizou a ordem das recomendações e optaram por basear-se nas dificuldades para a elaboração de novas propostas.

A facilitadora então retomou a leitura das dificuldades expondo-as no quadro.

Um participante disse que considerava que o maior problema da cidade de São Paulo era o Fundo de Solidariedade, porque este alimentava o assistencialismo, e sugeriu que fosse especificado o conteúdo das deliberações para que não fossem genéricas demais.

O grupo discutiu sobre a nova legislação que garantia o comando único e comentou que, mesmo constando na constituição, o artigo não estava sendo cumprido. Foi discutido que se deveria transcender o que está na lei, mas não é implementado, e foram propostas soluções inovadoras a partir da percepção do problema.

Um participante mencionou que o comando único era a garantia de que todo o recurso da assistência social estava no fundo municipal e que o problema de São Paulo era que 30% da verba da Assistência estavam fora do Fundo. Ele ainda disse que a constituição estadual não respeitava o SUAS.

O grupo, em comum acordo, redigiu três novas propostas.

O quadro preenchido do Instrumental 2 pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-se em anexo (Anexo 3).

#### **4.2. Eixo II**

O facilitador abriu os trabalhos propondo ao grupo que cada um se apresentasse. Logo após explicou os objetivos do eixo e propôs a leitura dos objetivos e da ementa.

Uma participante comentou que o instrumental de sua instituição poderia estar defasado e o facilitador comentou que esta era uma reclamação comum e aproveitou para falar da dificuldade que as pessoas tinham em entender o que era pedido no formulário.

O facilitador afirmou que os dados que eram coletados ficavam sem retorno por falta de comunicação e que não havia um projeto de atendimento aos usuários.

Foi mencionado que o sistema de vigilância tinha como objetivo esta comunicação, mas que esta não era efetiva.

A participante comentou ainda que existia uma falha na comunicação entre o CRAS e o CREAS e outro participante disse que era necessária a existência de um observatório que contivesse os dados para o cruzamento de informações, e que deveria haver um retorno destas informações aos trabalhadores.

O facilitador comentou que os usuários também deveriam ter acesso às informações.

Um participante disse que os usuários sentiam-se como números, já que o processo era quantitativo.

O facilitador então explicou o objetivo das reavaliações de deliberações e de novas propostas e pediu aos participantes que focassem nas cinco deliberações mais importantes para o grupo, e que não tinham sido implementadas.

Foram então lidas as deliberações não implementadas e o grupo discutiu a deliberação 55 (2011) dizendo que a justificativa não dava conta do enunciado já que, a proposta era o acesso a alimentação balanceada e a justificativa dizia respeito à uma cartilha nutricional.

O facilitador perguntou ao grupo o que a dificuldade na implantação dessas deliberações significava para a sua regional. Houve então uma discussão acerca disto e a participante Mariana comentou que a assistência social não poderia continuar sendo vista como beneficiária para determinada classe social, e acrescentou acreditar na importância da ampliação do plano de divulgação, relacionado com a deliberação 37 (2011).

Outra participante disse que se houvesse avaliação, o serviço de assistência social seria melhor, com que outro participante relacionou a falta de atendimento adequado com o fato de a cesta básica ser pouco variável.

Foi comentada ainda a dificuldade da população carente até os postos de atendimento fato que demonstra a necessidade de implantação destes postos em áreas que sejam mais carentes.

Um participante elencou as deliberações não implementadas em ordem de prioridade, e um participante mencionou a importância do banco de dados dos usuários serem compartilhado.

Uma participante que é trabalhadora comentou que não entendia a linguagem das conferências e o participante respondeu que por este motivo é que considerava importante a participação nestas para aprender as referências. Ele propôs ainda que uma das observações se referisse a justificativa 55 (2011).

Uma participante colocou como dificuldades a falta de serviços e de comunicação nas regionais.

O grupo concluiu que a prioridade principal das dificuldades era a falta de serviços e o fechamento de outros, e trouxeram a questão da relevância do instrumental ser acessível para a melhoria da comunicação, incluindo a dificuldade no entendimento da linguagem e que este dado deveria constar na ficha de avaliação.

O grupo passou então a discutir novas deliberações. Uma participante propôs a implantação de um serviço especializado no regional e que fosse baseado nos moldes do Espaço Dia, programa destinado a crianças em situação de rua. Foi comentado o fato de estas crianças serem levadas para a igreja para comerem e tomarem banho e que logo após voltam para as ruas. Este comentário levou alguns integrantes do grupo a propor a implantação de pesquisas e a monitoração da região para que seja feita a identificação de famílias carentes, mas outro integrante contrapôs que “mal se conseguia dar conta das pessoas que iam até as ONGs”. Foi falado então que as visitas domiciliares permitiam que esta identificação fosse feita.

O grupo por fim discutiu a avaliação coletiva da pré-conferência, foi mencionada a importância da realização da palestra e também foi falado da falta de infraestrutura na alimentação.

O quadro preenchido do Instrumental 2 pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-se em anexo (Anexo 4).

### **4.3. Eixo III**

A facilitadora Rosana se apresentou para o grupo, explicou o seu papel e como seriam as atividades. Sugeriu uma brincadeira como forma de apresentação onde todos deveriam andar até que ela falasse “de pessoa para pessoa” e neste momento cada participante deveria parar de frente para outro e se apresentar. Após esta dinâmica, foi solicitado que os participantes sentassem ao lado da última pessoa a quem tinham se apresentado. Foi perguntado o que acharam da dinâmica e foi falado que ela foi boa para promover e facilitar a interação entre os participantes do grupo.

A facilitadora explica então que a proposta da pré-conferência era pensar nas políticas do SUAS, refletir na forma como a política se implementa nos lugares de trabalho e que a participação popular trazia a possibilidade de expressar ideias. Foi explicado ainda que na página 30 do caderno houvessem explicações dos objetivos de cada eixo, assim como a ementa e os comentários e que devido a falta de tempo, os comentários não seriam lidos.

Foi feita então a leitura dos objetivos do eixo e foram perguntados quais seriam os destaques a serem feitos e o grupo listou capacitação do trabalhador, adequação dos quadros de trabalhadores, valorização do trabalhador e gestão do trabalho.

A facilitadora perguntou se todos compreendiam o significado de gestão do trabalho ao que uma participante explicou que era tudo o que envolvia a prática profissional para o atendimento ao usuário, desde a infraestrutura, até as condições de trabalho, incluindo o quadro de profissionais.

Uma participante questionou o que significava “educação permanente na assistência social” e foi explicado a ela, por outra participante, que era uma política para tratar da formação e desenvolvimento do trabalhador do SUAS, a partir dos problemas identificados em cada local ou seja, tudo aquilo que será feito para atender as necessidades do trabalhador e que conseqüentemente levaria a um melhor atendimento ao trabalhador.

A facilitadora complementou dizendo que a educação permanente não era apenas ministrar cursos aos profissionais, mas sim olhar a realidade de cada local e quais seriam suas necessidades de qualificação e condições de trabalho.

Uma participante menciona a questão da jornada de trabalho e outra diz que tudo isso estava atrelado à gestão.

Rosana, facilitadora, explicou que no caderno havia propostas que foram aprovadas nas conferencias anteriores e que elas estariam localizadas a partir da página 42 e que o trabalho do grupo ficaria focado nas deliberações das conferencias de 2009 e 2011 que estavam na página 96.

Ela ainda explicou o significado de deliberações e que havia três tipos; as que tinham sido implementadas, as deliberações em andamento e as que não tinham sido implementadas. Disse ainda que as justificativas que estavam no caderno tinham sido realizadas pela SMADAS. Completou ainda, que dentre as deliberações não implementadas, cinco das sete, deveriam ser incluídas na conferência.

As deliberações que não foram implementadas foram: 57, 31, 03, 07,09, 21 e 52.

Passou-se então a discussão das deliberações e uma das participantes disse que apesar de terem sido criadas vagas para educação continuada, a quantidade de vagas para funcionários era inferior à demanda. Esta participante pediu para ler a 57 e sugeriu deixá-la de lado, uma vez que, o que tinha sido proposto era educação continuada, e o que eles almejavam era a educação permanente. E ela leu a 31 porque esta também seria revista e dizia respeito à educação permanente.

Uma participante questionou se a proposta 52 se referia apenas ao CRAS e a facilitadora respondeu que sim.

A facilitadora comentou que uma participante sugeriu colocar a 57 e a 31 como propostas e pediu para o grupo rever as deliberações. Um dos participantes disse que para ele, a mais importante era a deliberação 07 porque priorizava a qualidade no atendimento ao usuário e, perguntou ao grupo se alguém tinha alguma objeção porque ele achava que esta deveria ser a primeira.

Uma participante disse que para ela, a 09 deveria ser a primeira, já que abordava tanto a gestão do trabalho, quanto a política assistencial.

Foi proposta pela facilitadora uma votação para eleger a ordem de prioridade.

Outra participante mencionou a possibilidade de se fazer recomendações na hora de formular a proposta e foi respondido a ela, pela facilitadora, que no documento havia um campo de observações, no qual poderiam ser colocadas observações gerais e sobre as recomendações.

A facilitadora ainda mencionou que na deliberação 07 seria colocada uma observação sobre intersectorialidade ou parcerias entre diversas políticas públicas, como saúde, esporte, educação e cultura.

Outra participante disse que queria fazer uma observação sobre a contratação de profissionais específicos da área, e outra perguntou se na deliberação 03 a contratação por meio de concurso se resumia apenas aos cargos públicos ou também incluía a rede conveniada. Com relação a esta questão, outra participante explicou que esta questão talvez estivesse relacionada aos cargos públicos. Foi então falado que poderia ser feita a recomendação de que a 03 gerou dúvida no enunciado e na justificativa. Outra participante disse que poderia ser feita uma recomendação da garantia do quadro de profissionais, tanto para a rede pública quanto para a rede de conveniados.

A facilitadora perguntou ao grupo qual deveria ser a ordem das deliberações. E a ordem escolhida foi: deliberação 03; deliberação 07; deliberação 21; deliberação 09 e deliberação 52.

Foi perguntado também quais esferas de governo referia-se cada uma das deliberações e uma das participantes disse que a 03 estava relacionada com as três esferas; e o grupo achava que a 07 era apenas municipal, a 21 referia-se as três esferas; uma das participantes disse que a 09 estava relacionada as três esferas e o grupo achava que a 52 também estava relacionada com as três esferas.

Foi solicitado para o grupo, que fizessem duplas para discutirem sobre o que consideravam avanços e dificuldades, e que feito isto, o grupo escolheria três avanços.

Os avanços sugeridos pelo grupo foram:

- A criação do cargo “assistente técnico” no CCJ e CCA.
- A publicação das portarias 46 e 47 da CNAS da educação permanente.
- A contratação no CNI de psicólogos e assistentes sociais.
- O aumento da verba destinada à alimentação e autonomia na administração do recurso.

O grupo então formalizou a redação dos avanços da seguinte forma:

- A publicação das portarias 46 e 47, o que possibilitou a criação de alguns cargos e a ampliação de outros.
- A publicação da resolução do CNAS – Plano Nacional de Educação Permanente do SUAS.

As dificuldades mencionadas pelo grupo foram:

- Nem todos os atendimentos feitos pelo CRAS resolvem os problemas dos usuários e que o fato do usuário ser mais bem atendido não quer dizer melhora nas condições de trabalho, já que houve uma piora.
- O quadro de recursos humanos da rede pública é insuficiente para a realização de supervisão e acompanhamento da rede conveniada. O quadro de RH é insuficiente para o público atendido.
- Dificuldade na articulação da rede para atendimento ao usuário.
- Falta de CJs para dar continuidade aos trabalhos dos CCAs.
- A distancia para se chegar no Centro de Formação (ESPASO) e a ausência de um plano de capacitação regionalizado.
- Quantidade de vagas não atende a demanda de usuários
- Baixa remuneração torna grande a rotatividade do quadro de funcionários.

A facilitadora pediu para os participantes formularem as dificuldades mencionadas, para o instrumental e elas ficaram da seguinte maneira:

- Insuficiência no quadro de RH da rede conveniada para o atendimento dos usuários, bem como defasagem salarial e ausência de especialistas.
- Quadro de RH da rede pública insuficiente para a realização de supervisão e acompanhamento dos serviços e usuários.
- A distância para se chegar ao Centro de Formação (ESPASO) e a ausência de um plano de capacitação regionalizado.

A facilitadora solicita ao grupo a elaboração de novas propostas, e o grupo resolve partir das dificuldades levantadas para a elaboração das mesmas.

As propostas formuladas foram:

- Revisão da portaria 46 e 47, visando a revisão, ampliação e criação de cargos para o quadro de RH, bem como a sua remuneração.
- Adequação do número de servidores da rede pública para o acompanhamento e supervisão da rede conveniada, bem como dos usuários.
- Descentralização das ações de educação permanente para o desenvolvimento de um plano de capacitação regionalizado.

A facilitadora por fim, perguntou ao grupo quais seriam os pontos positivos, negativos e sugestões para as próximas pré-conferências.

Os pontos positivos que foram mencionados foram a palestra da plenária inicial e a interação nas discussões. Os pontos negativos foram a ausência de usuários e o tempo ser insuficiente. Como sugestão surgiu a ideia de melhorar a divulgação das pré-conferências e que elas durassem dois dias onde no primeiro dia ocorreria a palestra e a escolha dos eixos e no segundo dia o trabalho propriamente dito nos eixos e a eleição dos delegados.

A facilitadora então encerrou os trabalhos.

O quadro preenchido do Instrumental 2 pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-se em anexo (Anexo 5).

#### **4.4. Eixo IV**

No eixo IV “Gestão de Serviços, Programas e Serviços” o grupo foi dividido em 3 subgrupos de 10 pessoas.

Foi realizada a explicação da metodologia e se iniciou a leitura da ementa e dos objetivos específicos do eixo.

Um dos subgrupos não identificou avanços porque alegou que a rede não era acessível.

Houve uma discussão no grupo quando uma participante que é trabalhadora social mencionou a necessidade de atendimento prioritário de crianças, independente de se ter informações prévias da criança em questão. Outro participante que era educador, disse que os educadores do CCA/CEI precisam destas informações para um melhor atendimento. A participante debateu dizendo que quem deveria avaliar era um psicólogo e o educador do CCA disse que o fato de não ser psicólogo não era impedimento para que pudesse fazer uma pré-avaliação desta criança e que tais informações serviriam mais para um ajuste no atendimento.

Ainda como avanços, a deliberação 54 foi apontada como avanço por propor um aumento no controle do município.

A deliberação 43 foi apontada como dificuldade, já que, há dificuldades de articular as informações dentro da equipe.

O debate maior foi com relação às dificuldades de acesso as informações e o direcionamento que é dado às mesmas. Também foi mencionada a falta de divulgação das pré-conferências o que levou a sugestão de serem confeccionados materiais de divulgação, como placas e faixas e estas serem expostas nos estabelecimentos de serviços de assistência social. Também foi acrescentado como dificuldade, o fato dos participantes das pré-conferências não terem com quem deixar seus filhos durante o evento.

O grupo também comentou da falta de comunicação que existe entre a SMADS, CRAS, CREAS, os serviços e os usuários e ainda acrescentou que a comunicação não era funcional.

As recomendações decididas pelo grupo foram as seguintes: 57/2009, 31/2009, 67/2009 e 21/2009.

Recursos Humanos: 03/2011, 19/2011, 09/2011.

Comunicação: 09/2011, 37/2011, 33/2011.

Segurança e controle: 55/2011

Infraestrutura: 52/2011.

Foi verificada, através de chamada oral, a presença dos candidatos a delegado(a). Duas participantes não estavam, são elas: Lisbete Gomes Dias Neves e Danielle Pallini Moraes.

A facilitadora então encerrou os trabalhos.

O quadro preenchido do Instrumental 2 pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-se em anexo (Anexo 6).

#### **4.5. Eixo V**

A facilitadora apresentou a proposta de trabalho, e explicou que o grupo deveria indicar avanços, dificuldades, recomendações e novas deliberações.

Uma participante destacou que é durante os grupos que se poderiam propor moções.

Foi solicitado que os participantes se apresentassem e a distribuição do grupo por segmento apresentou 2 representantes de ONGs, 7 trabalhadores sociais, 1 usuário e 2 do poder público sendo do SAS Santana.

Passou-se então para a leitura e discussão dos objetivos específicos e ementa do eixo 5.

Os principais avanços elencados pelo grupo foram:

1 - início da implementação do SUAS no município de São Paulo, que garantiu a descentralização e instalação de CRAS e CREAS regionais, que aproximou os equipamentos do usuário.

2 - Descentralização da gestão dos programas de transferência de renda em São Paulo e reconhecimento de que esses programas são de responsabilidade da Assistência Social.

Uma participante esclareceu sobre o financiamento do Programa Renda Mínima, que tem orçamento previsto na Secretaria de Educação, e que é repassado para a Assistência Social.

Outra participante mencionou sobre a possibilidade de acesso a benefícios eventuais que financiariam as cestas básicas, ferramentas e instrumentos de trabalho, pagamento de contas de águas e energia elétrica. Com relação aos benefícios de passagem, foi centralizado na regional de Santana, o que sobrecarregava a regional. Esta sugestão foi inscrita no instrumental.

Como destaque, foi levantada por uma usuária, a necessidade de se discutir as questões relacionadas ao preconceito e a discriminação dos travestis e transexuais e que a

falta de conhecimento dos serviços sobre o problema do preconceito leva a categoria a uma condição de marginalização e exclusão social.

O grupo apontou que essa era uma oportunidade importante para que as dificuldades da categoria pudessem ser identificadas, uma vez que esse é um direito de todos.

A facilitadora destacou a importância de que essa temática fosse acolhida e todas as demais que resultassem na exclusão social, já que estava sendo discutido, neste fórum, um Sistema Único de Assistência Social.

Um participante destacou que a demanda da usuária era imediata, e que necessitava de encaminhamento e que a questão da comunidade transexual deveria ser contemplada como todas as outras especificidades. Se a pessoa tiver perfil para ser atendida na Assistência Social, deveria ser acolhida, independente das especificidades. Acrescentou ainda que os programas de renda não tem relação com a orientação sexual, e que deveriam contemplar qualquer situação de miséria.

As principais dificuldades listadas pelo grupo foram:

- Falta de conhecimento dos profissionais do CRAS sobre os serviços socioassistenciais para encaminhamento do usuário.
- Indefinição do papel do trabalhador social e dificuldade no fluxo de informações, além da procura pelos serviços ser unidirecional, ou seja, somente pelo usuário.
- Em São Paulo, ainda não foram instalados os conselhos gestores dos programas de transferência de renda, conforme previstos na legislação.

O grupo decidiu votar quais eram as deliberações não implementadas que eram as prioritárias. E as escolhidas consensualmente foram elencadas:

1º Deliberação: 36 de 2011. Importância de fortalecer a autonomia do COMAS em Conferências, devido à necessidade de estruturar a política

2º Deliberação: 55 de 2011.

3º Deliberação: 33 de 2009

4ª Deliberação 56 de 2011. Tendência de o Programa Renda Mínima deixar de existir e seja incorporado ao Programa Bolsa Família, devido à tendência de unificação de cadastro único pago através de benefício único. O governo estadual já assinou convênio com o governo federal com vistas nisso.

Foram sugeridas como novas deliberações as seguintes sugestões:

- A criação de conselhos gestores nos CRAS e CREAS na esfera municipal.
- Uma maior divulgação e comunicação dos benefícios na Assistência Social e Programas de Transferência de Renda na esfera municipal, estadual e federal.

O grupo discutiu os seguintes tópicos:

- A necessidade de adequação da linguagem a fim de facilitar a compreensão do usuário sobre os serviços.

- Garantir a todos os grupos que fazem parte dos programas de Assistência Social do município o atendimento e a orientação, observando gênero e etnia nas três esferas; municipal, estadual e federal.
- A dificuldade de atendimento das pessoas que tem direitos violados, o que intensifica a vulnerabilidade social que incide sobre os migrantes e egressos do sistema prisional, transexuais e todas as minorias.
- A dificuldade de atendimento das especificidades, já que o CAD, Sistema de Cadastro Nacional Único, demora até 90 dias para oferecer benefícios, devido a burocracias.
- A dificuldade de generalização das especificidades dos transexuais e travestis, pois o grupo é vítima recorrente de discriminação.
- Universalização do acesso aos direitos está previsto na lei, o que torna redundante a defesa de garantir acesso universal aos direitos.
- Esclarecimento sobre a concessão de PTC à faixa etária do idoso.

Os trabalhos do grupo foram encerrados.

O quadro preenchido do Instrumental 2 pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-se em anexo (Anexo 7).

#### **4.6. Eixo VI**

Os trabalhos do eixo foram iniciados com apenas quatro participantes, sendo duas mulheres e dois homens, todos trabalhadores sociais.

A facilitadora Liane, explicou aos participantes o cronograma do eixo, em seguida deu início a leitura sobre o tema do eixo 6, regionalização.

Explicou a importância de se debater sobre a regionalização, de como poderia ser dimensionada a integralidade dos serviços, falou sobre os formatos de regionalização, do diagnóstico estadual, dando ênfase a vulnerabilidade, com base nos dados, riscos e violações.

Ela falou também sobre as questões regionais intraterritoriais, nos municípios e estados com suas diversidades, falando assim dos diferentes estágios de desenvolvimento.

O grupo iniciou a leitura das deliberações, como o objetivo de escolherem cinco recomendações.

No meio tempo das leituras, os participantes falaram de situações do cotidiano, de suas profissões, de deliberações que foram implementadas, mas nunca sentidas por eles em seus postos de trabalho.

Como pré-proposta o grupo propôs a garantia de renda e também de capacitação profissional.

Às 14:30h uma quinta participante chegou ao eixo.

As recomendações elencadas pelo grupo foram: 35 de 2011; 67 de 2009; 55 de 2011 com a observação de garantir o acesso à alimentação antes da cartilha, para o 2º semestre de 2013; 56 de 2011; 52 de 2011 com a observação de aumento do número de funcionários para se absorver a mão de obra da região.

Como pré-proposta, o grupo propôs que as famílias beneficiadas pelo renda mínima, recebam capacitação profissional e sejam incluídas nos programas de frente de emergência/frente de trabalho e a ampliação do quadro de profissionais das redes conveniadas.

O grupo propôs como novas deliberações que as famílias beneficiadas pelo programa renda mínima (Programa de garantia de renda familiar mínima municipal-PGRFMM), recebam capacitação profissional e sejam incluídas nos programas de frente de emergência/frente de trabalho. M.E.U.

Também a ampliação e qualificação do quadro de profissionais das redes conveniadas, preferencialmente com mão de obra local. M.E.U.

A Principal dificuldade elencada pelo grupo foi a deficiência no repasse de informação sobre os direitos assistenciais da população.

E os principais avanços foram a qualificação dos trabalhadores sociais embora ainda deficitária e a comunicação que permite a apropriação dos conteúdos da política e assistência social.

A facilitadora encerra então os trabalhos do grupo.

O quadro preenchido do Instrumental 2 pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-se em anexo (Anexo 8).

## 5. Plenária Final

A mesa dos trabalhos da tarde foi composta pela Sra. Antonia Regina Keller, representando a Sociedade Civil, Sra. Solange Bernardino Silas, representando o COMAS/SP e Sra. Ane Caroline Laet, representando o Poder Público.

O relato do Eixo I “O Cofinanciamento Obrigatório da Assistência Social” não apresentou nenhum destaque e foi aprovado na íntegra pela plenária.

No eixo II “Gestão do SUAS: vigilância socioassistencial, processo de planejamento, monitoramento e avaliação” foi proposta alteração na segunda proposta, onde estava “banco de dados” deveria ser alterado para “prontuário eletrônico” para que haja a garantia de serviço direto aos conveniados. A votação teve apenas um voto para a manutenção do original. Portanto a maioria aprovou a proposta com destaque.

A plenária apresentou a dúvida sobre a sigla ECCA, e debateram se esta sigla existe em São Paulo. Também avaliaram a necessidade da proposta ser mais esclarecedora.

O facilitador Luiz esclareceu as dúvidas e relatou o que foi dito no grupo.

Uma participante sugeriu a importância de espaços para convivência para criança e adolescente, de mulheres vítimas de violência, idosos e centros de acolhidas e foi comentado no grupo que já existem estes serviços na área da saúde.

Outro destaque foi realizado por uma pessoa do grupo falando da importância da criação deste serviço para adolescentes. E o grupo ressaltou que já existem estes espaços para adultos, e que para adolescentes ainda não. A votação foi feita para decidir pela criação ou não destes serviços e a maioria votou pela criação.

O texto foi votado pela maioria e o eixo II foi aprovado.

O resultado do grupo do Eixo III “Gestão do Trabalho” foi apresentado pela relatora do grupo.

Um participante sugeriu que no texto de uma das novas propostas, no lugar de “adequação do número de servidores...” também fosse incluída a implementação de novos serviços de execução direta. A proposta foi aprovada pela plenária.

Outra proposta sugerida pelo grupo foi à revisão da portaria 46 e 47 por ser de âmbito apenas municipal. Um participante disse que a remuneração deveria ser para as três esferas públicas. A votação foi feita para decidir se manteria a proposta original ou se faria a alteração.

Foi votada a alteração, isto é, nas três esferas com a explicação que a remuneração ocorre no nível municipal, mas com cofinanciamento compatibilizado.

A plenária discutiu um ponto que consideravam ser negativo e sugeriram a alteração, “em vez de colocar baixa participação dos usuários, constar baixo comparecimento dos usuários”.

O instrumental apresentado pela relatora foi aprovado.

Os trabalhos do grupo do eixo IV “Gestão de Serviços, Programas e Serviços” foi apresentado e a plenária realizou alguns destaques.

- A supressão no texto no parágrafo que fala dos principais avanços “... grande quantidade de serviços implantados...” e uma integrante do grupo destacou a ampliação de CRAS e CREAS da CAS Norte dobrou nos últimos anos.
- A supressão no texto no trecho que fala em dificuldades na falta de divulgação e acrescentou a confecção de folders e materiais para divulgação.
- Alteração na deliberação nova, no parágrafo onde está “... garantir a articulação...” acrescentar “... bem como na participação do Fórum Municipal De Assistência Social (FAS) com destaque nas plenárias para implantação dos conselhos gestores”.

O grupo pediu explicações para a Mariana Barreiros, da empresa Solar Consultoria, pelo fato do material em braille não estar disponível para as pessoas com deficiência visual que solicitassem. Foi explicado por ela que a contratação da confecção do material já havia sido feita e que como se trata de um material específico, diferente do caderno do pré-conferencista impresso em gráfica comum, esse material é executado por gráfica especializada e é esperado um tempo maior na entrega do mesmo, mas que todos os usuários que necessitam deste material irão receber, através do COMAS/SP.

O tema do eixo V foi a “Gestão dos benefícios no SUAS” e após a leitura do eixo pela relatora houve uma discussão na plenária quando um participante trouxe como dificuldade a falta de conhecimento dos profissionais do CRAS sobre os serviços da rede. Outra participante afirmou trabalhar no CRAS e que conhecer todos os serviços socioassistenciais e que se sentia ofendida por tal acusação. Outro integrante do grupo argumentou que não há reciclagem e nem capacitação para utilizar o sistema de assistência social e sugeriu a seguinte alteração no texto: “falta de capacitação continuada aos profissionais do CRAS”.

A discussão transcorreu se a questão era a falta de conhecimento dos profissionais ou a falta de Capacitação dos mesmos. A participante reafirmou se sentir ofendida pela colocação do grupo em enfatizar que os profissionais dos CRAS não tem conhecimento sobre os serviços socioassistenciais. Um usuário se manifestou e disse que ele é que se sentia ofendido por não ser bem atendido pelos profissionais do CRAS e mencionou que muitos profissionais estão há muito tempo no trabalho e não oferecem um atendimento adequado por não terem capacitação continuada.

A coordenadora do CRAS comentou a importância em se ouvir as reclamações dos usuários, mas que naquele momento a proposta era outra. A coordenadora do CREAS sugeriu a inclusão de capacitação para todos os profissionais da rede, porém foi mantida a proposta original de que a capacitação seria somente para o CRAS.

Foi aprovada a mudança colocada pela plenária.

Outro participante criticou à mesa pela postura da integrante que abriu o debate da discussão anterior, argumentando que era democrático o direito de reclamar sobre os serviços.

Após a fala do participante a mesa procedeu a votação do eixo V e o mesmo foi aprovado pela plenária.

O eixo VI teve como tema “Regionalização”. Um participante solicitou a substituição de “mão de obra” por “trabalhadores da região” e também sugeriu a inclusão de mais uma proposta já que este eixo só apresentou uma nova proposta.

A plenária aprovou esta proposta. E o eixo foi aprovado.

Ao final da apresentação dos eixos, foram lidas e referendadas 4 moções encaminhadas pelos participantes da Pré-conferência da Regional de Santana. Todas as moções continham mais do que o número mínimo exigido de assinaturas. (Anexo 9)

A Eleição de delegados ocorreu sem votações, pois não era necessário eleição dado o número de candidatos presentes para referendo e aclamação. Foi solicitado pela mesa que as pessoas que desejassem ser observadoras à X Conferência municipal de Assistência Social deveriam dar o nome neste momento.

O encerramento da plenária se deu às 18:20h.

**Informações Gerais.**

<b>Nome da SAS</b>	SAS SANTANA
<b>Identificação da Conferência</b>	ST
<b>Datas e período de realização</b>	10/07/2013 das 08:30 às 18:20
<b>Número total de participantes</b>	86

**Número de Delegados(as):**

Sociedade Civil			Governamentais	
Usuários(as)	Trabalhadores	Entidades	Municipais	Estaduais
2	4	2	7	0

**Eventos preparatórios de mobilização que antecederam a Conferência**

(x) Pré-conferências    ( ) Plenárias    ( x ) Palestras    ( ) Debates públicos  
 ( ) Reuniões    ( x ) Encontros temáticos    ( ) Outras formas:

## 6. Delegados

Segue a lista de delegados aprovados pela pré-conferência de Santana. Todos titulares.

ANTONIA REGINA DE ARAÚJO KELLER  
SÉRGIO LOURENÇO  
HELENA VICTORIA DÂNDOLO  
LUCIO CESAR LOPES PEREIRA  
ALLAN FRANCISCO CARVALHO  
CIBELE ALMEIDA CORREIA DOS SANTOS  
PRISCILA RIBEIRO  
THABATA CRUZ DE BARROS  
ODALY DE ALCANTARA  
ROSANGELA MIRANDA GARCIA  
SOLANGE BERNARDINO SILVA  
ANE CAROLINE ALMEIDA DE LAET  
FERNANDA AVELINO BENETI  
LUCIANO SANTO ARAÚJO  
MARCIA REGINA DOS SANTOS  
RONALDO MARCIO BORGES BARCELLOS  
ELISABET NEVES CARDOSO GARCIA

ORGANIZAÇÕES/ENTIDADES  
ORGANIZAÇÕES/ENTIDADES  
USUÁRIOS  
USUÁRIOS  
TRABALHADORES SOCIAIS  
TRABALHADORES SOCIAIS  
TRABALHADORES SOCIAIS  
TRABALHADORES SOCIAIS  
GESTORES MUNICIPAIS  
GESTORES MUNICIPAIS  
GESTORES MUNICIPAIS/COMAS  
TRABALHADORES MUNICIPAIS  
TRABALHADORES MUNICIPAIS  
TRABALHADORES MUNICIPAIS  
TRABALHADORES MUNICIPAIS  
TRABALHADORES MUNICIPAIS  
OBSERVADORES

## 7. Avaliação da Pré Conferência

Foram respondidas 65 fichas de avaliação. A maioria das respostas ficou entre *Bom* e *Muito Bom*.

Segue quadro de análise quantitativa:

Item de avaliação	Valoração					
	Excelente	Muito Bom	Bom	Regular	Ruim	Sem resposta
Metodologia aplicada na Pré-Conferência.	03	25	25	12	0	0
Divulgação/mobilização da Pré-Conferência.	03	07	19	19	14	03
Informação/subsídios de apoio à Pré-Conferência (Cadernos, Instrumentais e Texto-Base).	06	19	31	08	01	0
Infraestrutura na Pré-Conferência (Local e estrutura física).	08	17	24	13	02	01
Acessibilidade da Pré-Conferência.	07	16	26	09	04	03
Alimentação na Pré-Conferência.	05	12	30	14	02	02

Com relação ao questionamento “Você considera que o evento cumpriu com a finalidade proposta?”, os participantes se manifestaram da seguinte forma:

SIM	NÃO	SEM RESPOSTA
56	5	4

Foram efetuados também comentários sobre esse item, que estão listados na íntegra e sem correções:

- As palavras utilizadas nem todo mundo entende.
- Esclarecer questões sobre a maioria para a comunidade.
- Cumpriu porque esclareceu duvidas e houve debates que nos permitiu interagir e aprender mais.
- A linguagem utilizada pode ser facilitada de modo que a maioria entenda o que está sendo dito como a proposta do encontro.
- Mais uma vez o tempo de debate foi mínimo após a exposição.
- No eixo 4 foi dividido em 3, tornado as propostas e colocação longas e dispersas algumas esclarecidas somente em grupo. Metodologia privilegiado o que foi implementado (muito poucas).
- Baixa participação, pouca articulação.
- Porém faltou maior participação da sociedade por falta de divulgação.
- Sim mais ainda é necessário separar a defesa pessoas para que a implantação da política seja cumprida .

- De maneira geral sim, porem, é preciso de mais tempo para a palestra pois o conteúdo é denso.
- Mas deixo um recado temo que pensar no usuário como individual estamos falando deles, e onde estão!?
- Numero reduzido de participantes a sociedade civil necessita saber sobre as palestras públicas – conhecer – a falta de informação prejudica o fluxo de informação é restrito, por isso a finalidade do evento precisa melhorar.
- Palestra esclarecedora.
- A presença do facilitador e da relatora para organizar. A palestra inicial sobre os eixos.
- O tema foi bem abordado.

Já para as questões relacionadas a Avaliação Geral da Pré-Conferência foram apontadas as seguintes respostas, na íntegra e sem correções:

➤ PONTOS POSITIVOS

- Exercícios de cidadania.
- Garante a comunicação mais efetiva com os funcionários CRAS, CCAS , gestores públicos.
- Obtive conhecimento de novas coisas.
- Os diálogos e as metodologia, estrutura e acessibilidade.
- Relator – grupo (eixo 1).
- Palestra muito esclarecedora.
- O tema ficou bem abordado.
- A presença do facilitador e da relatora parou de organizar e estimular o debate, a palestra inicial sobre os eixos.
- Os eixos bem divididos, a participação das pessoas trazendo propostas para melhorar a qualidade dos serviços sócio assistencial.
- Podemos ter nosso poder ouvindo nossas dificuldades.
- Didática da palestrante.
- Encadernação excelente.
- Dialogo entre os serviços.
- Palestra esclarecedora.
- Discussão e percepção de pontos importantes para o entendimento do trabalho cotidiano.
- A mediação contribuiu sem impor, favorecendo a fluência das intervenções.
- A alimentação melhorou com seleção a conferencia anterior.
- Melhor apresentação do material.
- Propostas para melhoria dos atendimentos e funcionamento dos CRAS em Santana.
- As palavras utilizadas nem todo mundo entende.
- Discutir melhoria para a comunidade exercícios de cidadania.
- Verbalização discussão.
- Os instrumentais.
- Vamos ver se podemos ampliar a assistência social.
- Material e facilitares.
- Organização, palestra Abigail.
- Mediação para criação de propostas.
- A palestrante e interação do grupo.

- Palestra de iniciação muito importante e esclarecedoras, para esclarecimento do eixos.
- Discussão dos membros.
- Facilitadora do grupo.
- Palestra.
- Participação dos profissionais foram ótimas , Rosana foi ótima facilitadora e Larissa também como relatora.
- Mesmo com numero pequeno, a sociedade civil participou e foram ouvidos.
- A discussão entre os grupos. A participação de quem compareceu a conferencia.
- A discussão das novas propostas de forma clara, objetiva. Palestra com a conferencia Abigail Torres que trouxe um arsenal de informações. OS: conhecer a Edna foi muito positivo para nos ela é muito articuladora.
- Acesso /espaço/atividade realizada a tarde.
- Pessoas bem preparado na palestra, foi bem esclarecido.

#### ➤ PONTOS NEGATIVOS

- A leitura do regimento, tornou-se um absurdo de tempo.
- Atuais divulgação, para que a sociedade civil participe.
- Tempo insuficiente para elaborar projetos.
- Falta esclarecimento dos eixos antes da escola dos participantes.
- Pouca divulgação e mobilização dos usuários da assistência, resultando em pouquíssimas pessoas para participar de um momento importante para se discutir e fazer políticas publicas.
- Divulgação.
- Um pouco desorganizados com horário.
- Estrutura, alimentação.
- De não atender as propostas solicitadas.
- Fechamento dos CRAS e atendimento a mulheres violentadas e idosos.
- Não teve lugar para se alimentar sentado, a refeição foi feita de pé.
- Divulgação, localidade e greve dos ônibus no terminal SANTANA.
- Metodologia não privilegiou as discussões sobre o que nos foi proposto nos anos anteriores.
- Sem local para sentar nos momentos das refeições, poucos participantes.
- Ainda a proposição que é feita de cima para baixo.
- Pouco tempo de palestra, muito tempo na leitura do regimento.
- O serviço deveria trazer pelos mesmo um usuário.
- Faltou caderno para deficiente visual.
- A data marcada para esta conferencia foi muito ruim.
- Greve nos terminais de ônibus.
- A pré-conferencia não é bem divulgada e bem isso, um numero pequeno de pessoa da sociedade civil.
- Local inadequado para as regiões.
- O espaço para o almoço.
- O espaço para almoço e local acessível.
- Baixa participação do usuários.
- Som.
- Divulgação e almoço.
- As subjetividades e os devaneios de alguns participantes.
- Acho que deveria ter mais usuários.

- Horário 09:00 as 18:00 é um tempo muito extenso.
- Longo para debater assuntos assistenciais.
- Aparelhos de som.
- Local não esta perto do metro, porem a infraestrutura do local muito boa.

#### ➤ SUGESTÕES PARA FUTURAS CONFERÊNCIAS

- A leitura do regimento, tornou-se um absurdo de tempo.
- Mais organização, para poder cumprir o horário estipulado.
- Pessoal deveria motivar melhor os participantes.
- Diminuir os horários, e colocar temas que de fato fazem parte da realidade vivido no CCAS , CRAS.
- Uma mobilização mais contundente para a participação de mais pessoas.
- Escondidinho no lugar do macarrão.
- Organização para almoço.
- Local mais acessível.
- Receber o material da pré-conferencia com antecedência.
- Receber o material com antecedência.
- Local mais acessível e com melhor infra-estrutura.
- Maior divulgação das conferencias para maior participação da sociedade civil. Melhorar a alimentação , fornecer a alimentação e não lanche.
- A conferencia em questão deveria ser anual.
- Mediar o acesso do usuário do projeto.
- Dedicar menos tempo a leitura do regimento.
- Dedicar mais tempo para a palestra que é fundamental para reflexão e posterior discussão nos grupos.
- Mais divulgação e orientação na construção da conferencia regional.
- Trabalhos sócio educativos com usuário nos territórios.
- Corrigir os problemas: simples assim! rs.
- Entrega o material com prazo anterior para consulta (10 a 15 dias antes da data).
- Suas informações e esclarecimento.
- Chamar mais pessoas para participar.
- Melhorar o som.
- Em alguma ONG.
- Palestras informativas, antes da escolha de eixo.
- Palestra melhores.
- É importante pensar em outra forma de mobilização.
- E divulgação da pré conferencia de forma mais clara mais clara que para que passa atingir principalmente os usuários deixando os seguros, e consciente de que este é um espaço para participação nas políticas e fazer valer seus direitos.
- Esclarecimentos sobre os eixos.
- Que a conferencia seja realizada no mínimo em três dias.
- Melhorar a qualidade a alimentação que e sustente o individuo.
- Consultar a população discutir temas sobres assuntos, temas para discutir.
- Uma leitura mais pratica e objetiva do regimento, se é que podemos dizer, mais direta.

## Anexos

### Anexo 1 - apresentação de slides SAS SANTANA

Slide 1

**X PRÉ-CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**ORIENTAÇÕES PREPARATÓRIAS**

Sao Paulo - 2013

Slide 2

**X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**TEMA**  
**A GESTÃO E O FINANCIAMENTO NA EFETIVAÇÃO DO SUAS**

Slide 3

**CRONOGRAMA**

**X Pré-Conferência Regional da SAS SANTANA/TUCURUVI**  
Dia: 10/07/2013  
Horário: Das 9h00 às 17h00  
Local: FACULDADE MOZARTEUM  
Endereço: Rua Nova dos Portugueses, 365 – Santa Terezinha

**X Conferência Municipal**  
04 a 06 de setembro de 2013  
Local: Anhembi – Sao Paulo – SP

**IX Conferência Estadual**  
01 a 03 de outubro de 2013  
Atibaia - SP

**IX Conferência Nacional:**  
16 a 19 de dezembro de 2013  
Brasília - DF

Slide 4

**O que são as Conferências de Políticas Públicas?**

**Principais características:**

- São espaços amplos e democráticos de discussão e articulação coletivas
- São realizadas em âmbito Municipal, Estadual e Federal

- Espaço político de discussão e troca de experiências;
- Reunir governo, sociedade civil organizada e cidadãos;
- Avaliar a situação de deliberações anteriores e apresentar novas propostas;
- Estabelecer um pacto para alcançar metas e prioridades.

Slide 5

**Quem Participa das Conferências ?**

Adultos e adolescentes a partir de 16 anos completos.

- Gestores da assistência social e representantes de órgãos públicos;
- Trabalhadores da assistência social e de outras políticas que fazem interface com a assistência social;
- Representantes de entidades de assistência social;
- Usuários e representantes de organizações de usuários;
- E outros (convidados e observadores).

Slide 6

**Poder Público**

- Servidores indicados pela gestão local da Assistência Social e referendados na Pré-Conferência.

**Usuários da Assistência Social**

Pessoas vinculadas aos:

- Programas, projetos, serviços e benefícios da PNAS;
- Grupos que têm como objetivo a luta por direitos e movimentos sociais;
- Fóruns vinculados à PNAS.

Slide 7

**Entidades de Assistência Social**

- São aquelas nas quais seus atos constitutivos definem expressamente sua natureza, objetivos, missão e público alvo, de acordo com as disposições da Lei nº 8.742/93 – LOAS e Decreto nº 7.308/2007.

**Trabalhadores da Área**

- Conforme Resolução do CNAS nº 23, de 16/02/2006, art. 1º;
- Formas legítimas de organização de trabalhadores do setor:
  - Associações de trabalhadores
  - Sindicatos
  - Federações
  - Confederações
  - Centrais sindicais
  - Conselhos federais de profissões regulamentadas

Slide 8

**Delegados**

- Terão direito a voz e voto e deverão ser eleitos nas 31 Pré-Conferências.
- Só poderão ser delegados, os representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, que participarem integralmente da Pré-Conferência.
- Delegados do Poder Público serão indicados em igual número ao número de delegados da sociedade civil.
- Os Conselheiros do COMAS/SP, titulares e suplentes, são delegados natos, com direito à voz e voto, desde que participem integralmente do processo em pelo menos 01 (uma) das 31 Pré-Conferências.

Slide 9

**Delegados**

- **Delegados titulares** - com a obrigatoriedade da proporção de 1 delegado eleito para cada 5 participantes da Pré-Conferência. Estes terão direito a voz e voto na X Conferência Municipal – Sociedade Civil e Poder Público.
- **Delegados suplentes** - com a obrigatoriedade da proporção de 1 delegado eleito para cada 10 participantes da Pré-Conferência. Estes terão direito a voz na X Conferência Municipal – Sociedade Civil e Poder Público.
- **Observadores** - até o máximo de 5 por Pré-Conferência, entre adultos e adolescentes, os quais terão direito a voz na X Conferência Municipal.
- **Obs.:** O Poder Público poderá indicar um número de delegados até o limite da paridade.

Slide 10

**CONFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 2013**

**Tema**  
**A Gestão e o Financiamento na efetivação do SUAS**

### Eixos da Conferência

- EIXO 1: O COFINANCIAMENTO OBRIGATÓRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
- EIXO 2: GESTÃO DO SUAS: VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, PROCESSOS DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
- EIXO 3: GESTÃO DO TRABALHO
- EIXO 4: GESTÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS
- EIXO 5: GESTÃO DOS BENEFÍCIOS NO SUAS
- EIXO 6: REGIONALIZAÇÃO

Slide 11

### Eixo - 1 O COFINANCIAMENTO OBRIGATÓRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Objetivos específicos:

- Avaliar o quadro da gestão orçamentária e financeira;
- Fortalecer o orçamento próprio para o cofinanciamento da política;
- Conhecer o ciclo orçamentário, prazos e interlocutores;
- Afirmar o compromisso do cofinanciamento da política de assistência social com o exercício do controle social.

Slide 12

### Eixo - 2 VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, PROCESSOS DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Objetivos específicos:

- Compreender a vigilância socioassistencial, processos de planejamento, monitoramento e avaliação da gestão do SUAS;
- Discutir e analisar a operacionalização da vigilância socioassistencial, enfocando a utilização de todos os sistemas de informação, da organização do diagnóstico socioterritorial e do mapeamento de vulnerabilidades.

Slide 13

### Eixo - 3 GESTÃO DO TRABALHO

Objetivos específicos:

- Avaliar e reafirmar a concepção de gestão do trabalho da gestão do SUAS e qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios, tomando como premissa o exercício do controle social;
- Discutir a gestão do trabalho na perspectiva da implantação de quadros efetivos de funcionários, planos de cargos, carreiras e salários e de concurso público;
- Qualificar o debate sobre a educação permanente na assistência social.

Slide 14

### Eixo - 4 GESTÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS

Objetivos específicos:

- Avaliar os processos de acompanhamento dos serviços, programas e projetos ofertados pela rede socioassistencial;
- Avaliar a gestão dos processos de articulação e integração entre serviços, programas e projetos, por nível de complexidade do SUAS: proteção social básica e especial;
- Avaliar a organização dos serviços, programas e projetos a partir da sua estrutura: territorialidade, equipe de referência, acessibilidade, equipamentos e horários de funcionamento.

Slide 15

### Eixo - 5 GESTÃO DOS BENEFÍCIOS NO SUAS

Objetivos específicos:

- Avaliar os processos de acompanhamento da gestão dos benefícios e transferência de renda;
- Avaliar e fortalecer a gestão dos benefícios e transferência de renda na assistência social para a garantia dos direitos dos usuários e da consolidação do SUAS;
- Avaliar a gestão dos processos de articulação e integração entre serviços, benefícios e transferências de renda na intersecretorialidade com as demais políticas públicas.

Slide 16

### Eixo - 6 REGIONALIZAÇÃO

Objetivos específicos:

- Avaliar e fortalecer a gestão compartilhada e integrada dos entes federados, visando a garantia da integralidade de acesso às proteções, resguardando as diversidades regionais, culturais e étnicas;
- Promover debate sobre o desafio da intersecretorialidade das políticas públicas, na perspectiva da regionalização;
- Reconhecer as diversas realidades socioeconômicas, culturais e étnicas e suas expressões (questão fronteiriça, imigração, migração, grande obras e megaeventos) tendo em vista a garantia dos direitos socioassistenciais.

Slide 17

### Reflexões necessárias

- Estão sendo viabilizadas as condições sustentáveis para garantir a integralidade do atendimento rumo à universalização e o acesso à assistência social nos níveis de proteção previstos pelo SUAS?
- O desenho do orçamento e sua forma de operacionalização traduzem o que a PNAS e a NOB estabeleceram, representando a efetiva adesão do município ao SUAS?

Gisele de Cássia Tavares

Slide 18

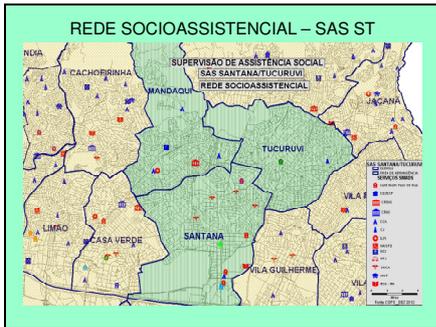
### Alguns critérios ou pontos de avaliação no campo do financiamento....

- ✓ O orçamento público contempla as prioridades definidas para a assistência social?
- ✓ Existe compatibilidade entre as previsões constantes no Plano e na Política de Assistência Social com os montantes de recursos estabelecidos no orçamento e demais instrumentos de planejamento público, inclusive o Plano Plurianual?
- ✓ Existe destinação de recursos próprios da esfera municipal de governo para o fundo de assistência social?

Slide 19

CENSO IBGE 2010 - São Paulo - Norte		
Distrito	População	Densidade demográfica (habitante/Km²)
CASA VERDE	85.624	13.286,32
LIÃO	80.229	13.949,65
CACHOEIRINHA	143.523	19.875,39
BRASILÂNDIA	264.918	24.148,63
FREGUESIA DO Ó	142.327	15.257,86
JACANA	94.609	14.144,37
TREMEMBÉ	197.256	4.828,90
PIRITUBA	167.921	12.290,91
SÃO DOMINGOS	94.943	9.671,73
JARAGUÁ	194.818	9.054,44
PERUS	80.187	6.368,38
ANHANGUERA	65.859	2.306,99
SANTANA	118.797	10.278,10
TUCURUVI	98.438	11.580,52
MANDAQUÊ	107.580	13.753,49
VILA GUILHERME	54.331	6.354,30
VILA MARIA	113.463	10.732,29
VILA MEDEIROS	129.919	18.335,09
NORTE	2.214.654	12.126,66
Município SP	11.253.503	7.367,69

Slide 20



Slide 21

REDE SOCIOASSISTENCIAL – SAS ST

SAS SANTANA/TUCURUVI		Nº DE SERVIÇOS	%
PROTEÇÃO BÁSICA		9	37,50
PROTEÇÃO ESPECIAL	MÉDIA COMPLEXIDADE	7	29,17
	ALTA COMPLEXIDADE	8	33,33
TOTAL		24	100

Fonte: COPS/SMADS - Dez 2012

Slide 22

REDE SOCIOASSISTENCIAL – SAS ST

SERVIÇOS SAS ST			
PROTEÇÃO BÁSICA		PROTEÇÃO ESPECIAL	
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social	01	CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social	01
CCA - Centro para Crianças e Adolescentes	05	MÉDIA COMPLEXIDADE	
CJ - Centro para Crianças e Adolescentes	01	NCASB - Núcleo de Convivência para Adultos em Situação de Rua	01
NCI - Núcleo de Convivência de Idoso	01	NPJ - Núcleo de Proteção Jurídica Social e Apoio Psicológico	01
NM - Núcleo do Migrante	01	MSE-MA - Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto de Rua	02
TOTAL	09	SEASB - Serviço Especializado de Abordagem a Adultos em Situação de Rua	01
		SEACASB - Serviço Especializado de Abordagem às Crianças e Adolescentes em Situação de Rua	01
		TOTAL	07
		ALTA COMPLEXIDADE	
		CA II - Centro de Acolhida de Pessoas em Situação de Rua	01
		ILPI - Instituição de Longa Permanência para Idosos	01
		RA - Repúblicas para Adultos	02
		SAICA - Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	04
		TOTAL	08

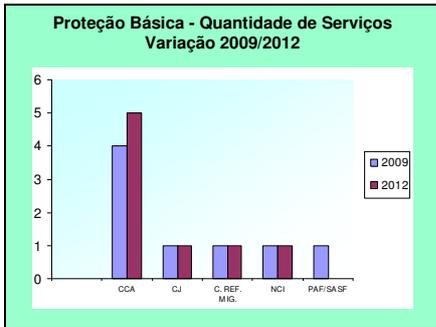
Fonte: COPS/SMADS - Dez 2012

Slide 23

Slide 24

Rede Socioassistencial Conveniada Proteção Básica

Tipologia	2009		2012	
	Nº Serviços	Capacidade	Nº Serviços	Capacidade
CCA'S	04	510	05	630
CJ'S	01	100	01	100
Núcleo do Migrante	01	85	01	85
NCI	01	120	01	120
PAF/SASF	01	300	0	0
Total	08	1115	08	935

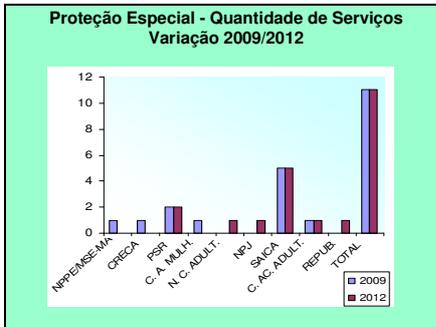


Slide 25

Slide 26

Rede Socioassistencial Conveniada Proteção Especial Média e Alta Complexidade

Tipologia	2009		2012	
	Nº Serviços	Capacidade	Nº Serviços	Capacidade
NPPE/ME-MA	01	120	*fase conven.	*
CRECA	01	20	0	0
PSR	02	400	02	480
C.A. MULH. VIOL. DOM.	01	50	0	0
N. C. Adulto	0	0	01	100
NPJ	0	0	01	120
SAICA	05	100	05	100
C. ACOL. Adulto	01	170	01	170
Repúb. H-M Sit. Rua	0	0	1	50
ILPI	0	0	1	30
TOTAL	11	860	11	1.120



Slide 27

Slide 28

APORTE FINANCEIRO 2009/2012 - Proteção Básica

Tipologia	ANO	Custo Mensal		Custo Anual	
		Custo Mensal	Custo Mensal por Vaga	Custo Mensal	Custo Anual por Vaga
CCA	2009	R\$ 64.310,09	R\$ 71.721,08	R\$ 126,09	R\$ 1.513,08
	2012	R\$161.984,56	R\$ 1.943.814,72	R\$ 257,12	R\$ 3.085,44
CJ	2009	R\$ 15.134,26	R\$191.611,36	R\$151,34	R\$1.816,06
	2012	R\$ 28.422,65	R\$ 241.071,80	R\$ 284,23	R\$ 3.410,78
PAF/SASF	2009	R\$ 13.824,60	R\$165.895,20	R\$ 46,08	R\$ 552,96
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
NCI	2009	R\$ 8.803,32	R\$105.639,84	R\$ 73,36	R\$ 880,32
	2012	R\$13.732,38	R\$ 164.788,56	R\$ 114,44	R\$ 1.373,28
N. MIGRANTE	2009	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2012	R\$ 106.579,02	R\$ 1.278.948,36	R\$ 1.253,87	R\$ 15.046,44
TOTAL	2009	R\$102.072,29	R\$204.867,48	R\$ 396,87	R\$4.762,44
	2012	R\$ 310.718,61	R\$ 3.728.623,44	R\$ 1.909,66	R\$ 22.915,92

SAS ST APORTE FINANCEIRO 2009/2012 - Proteção Especial

Tipologia	ANO	Custo Mensal	Custo Anual	Custo Anual Custo Mensal por Vaga	Custo Anual por Vaga
SAICA	2009	R\$ 179.000,39	R\$ 2.148.004,39	R\$ 1.790,39	R\$ 21.480,03
	2012	R\$ 277.652,81	R\$ 3.331.833,72	R\$ 2.776,53	R\$ 33.318,36
CRECA	2009	R\$ 46.402,30	R\$ 556.827,60	R\$ 464,02	R\$ 5.568,28
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PSR	2009	R\$ 82.130,94	R\$ 985.571,30	R\$ 821,31	R\$ 9.855,72
	2012	R\$ 188.796,91	R\$ 2.265.562,91	R\$ 1.887,97	R\$ 22.655,63
NPPE/ME	2009	R\$ 25.983,29	R\$ 311.800,36	R\$ 259,83	R\$ 3.118,00
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
NPJ	2009	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2012	R\$ 25.983,29	R\$ 311.800,36	R\$ 259,83	R\$ 3.118,00
N. DO MIGRANTE	2009	R\$ 28.716,41	R\$ 344.596,90	R\$ 287,16	R\$ 3.445,96
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C. A. Mulh. Vit. Viol.	2009	R\$ 17.479,19	R\$ 209.750,23	R\$ 174,79	R\$ 2.097,50
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Rep. HM	2009	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2012	R\$ 15.879,97	R\$ 190.559,64	R\$ 158,80	R\$ 1.905,59
N. C. Adulto	2009	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2012	R\$ 28.108,37	R\$ 337.300,44	R\$ 281,08	R\$ 3.373,00
ILPI	2009	R\$ 82.896,42	R\$ 994.757,10	R\$ 828,96	R\$ 9.947,57
	2009	R\$ 21.989,12	R\$ 263.869,34	R\$ 219,89	R\$ 2.638,69
C. Acol. Adult.	2009	R\$ 75.982,37	R\$ 911.788,44	R\$ 759,82	R\$ 9.117,88
	2009	R\$ 438.033,89	R\$ 5.256.406,38	R\$ 4.380,34	R\$ 52.564,06
TOTAL	2009	R\$ 628.872,22	R\$ 7.555.495,02	R\$ 6.288,72	R\$ 75.554,95
	2012	R\$ 488.811,22	R\$ 5.868.111,22	R\$ 4.888,11	R\$ 58.681,12

Slide 29

Slide 30

CUSTOS – SET/2012

**Proteção Básica**  
Custo Mensal : R\$ 940.336,61  
Custo Anual : R\$ 3.728.623,32

**Proteção Especial**  
Custo Mensal: R\$ 629.617,55  
Custo Anual: R\$ 7.555.410,60

**Custo Geral da SAS Regional Santana**  
Mensal: R\$ 940.336,16  
Anual: R\$ 11.284.033,92



Slide 31

### Programas de Transferência de Renda

DISTRITOS, MUNICÍPIOS	CRAS	PFR (R\$/M/MO)		BPC (R\$/M)		BPC DEFICIENTE		PFR		AÇÃO JOVEM	TOTAL
		Jul/12	dez/12	dez/11	dez/12	Jul/12	dez/12				
CACHOEIRINHA	CACHOEIRINHA	8950	8366	3401	3	34					6281
CASA VERDE/LIÃO, CACHOEIRINHA	CASA VERDE LIÃO	819	827	319	3	7					1375
	UMÃO	1955	222	295	1	9					2081
FREGUESIA DO O	FREGUESIA DO O	2286	1277	536	1	17					4117
FREGUESIA DO O, BRASILEIRIA	BRASILEIRIA I	4771	1865	731	1	35					6603
	BRASILEIRIA II	2784	881	552	2	16					4275
	BRASILEIRIA III	2183	364	271	2	38					2858
MACAË/TREMÉMBÉ	MACAË	1697	1024	517	23	38					3291
	TREMÉMBÉ	4231	1518	1465	26	24					5823
PERIS, ANHANGUERA	ANHANGUERA	1533	192	176	13	148					2062
	PERIS	2957	546	398	20	185					3711
PORTUGA, MARAGUA, SÃO DOMINGOS	MARAGUA	4406	1324	912	5	38					6685
	PORTUGA	2917	1444	749	0	6					5128
	SÃO DOMINGOS	1514	633	308	2	1					2150
SANTANA, TUCURUVI, MANDUAÍ	MANDUAÍ	1137	98	358	27	2					2158
	SANTANA	388	996	271	34	1					1690
	TUCURUVI	362	1884	281	6	6					1921
VL MARIA, VL COELHOENEZ, VL MEBIBROS	VL COELHOENEZ	331	597	229	3	3					1165
	VL MARIA	1628	1374	505	8	50					3658
	VL MEBIBROS	1954	1882	711	0	17					4561
CAS NORTE	TOTAL	42817	19914	10041	192	727					73721

Fonte: SMADSC/2012

Slide 32

- ### Fontes de Referência:
- Coordenadoria do Observatório de Política Social - COPS/SMADS - Dez 2012
  - Supervisão de Planejamento e Observatório de Política Social – CAS Norte – SPOPS – Maio 2013
  - Relatório de Gestão CAS Norte 2009-2012 – Plan/Dez-2012
  - Roteiros de trabalho das pré-conferências: CAS-Centro-Oeste, CAS Sul, CAS-Norte e CRAS Mooca, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, São Paulo, 2013
  - TAVARES, Gisele de Cássia. Orçamento, Financiamento e Controle no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, Palestra proferida na Oficina 24 “Financiamento da Assistência Social”, VI Conferência Nacional de Assistência Social, Brasília, 2007

Slide 33

Anexo 2 - palestra foi ministrada por Abigail Silvestre Torres

Slide 1		Slide 2	
Slide 3		Slide 4	
Slide 5		Slide 6	
Slide 7		Slide 8	
Slide 9		Slide 10	

Slide 11	<p style="text-align: center;"><b>Objetivo</b></p> <p>Analisar, propor e deliberar, com base na <b>avaliação local</b>, as diretrizes para gestão e financiamento do SUAS, reconhecendo a corresponsabilidade de cada ente federado.</p> <p style="text-align: right;">[ 11 ]</p>	Slide 12	<p style="text-align: center;"><b>X Conferência</b></p> <p style="text-align: right;">[ 12 ]</p>
Slide 13	<p style="text-align: center;"><b>EIXO 1: O COFINANCIAMENTO OBRIGATÓRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL</b></p> <p style="text-align: right;">[ 13 ]</p>	Slide 14	<p style="text-align: center;">O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cofinanciamento da assistência social pelos três entes federados com alocação de recursos próprios no respectivo fundo de assistência social.</li> <li>• Estruturação do Fundo de Assistência Social e sua gestão pela área específica da assistência social.</li> <li>• Acompanhamento pelo Conselho de Assistência Social do uso do IGD.</li> <li>• Utilização de no mínimo 3% do IGD no aprimoramento e fortalecimento do controle social.</li> </ul> <p style="text-align: right;">[ 14 ]</p>
Slide 15	<p style="text-align: center;">O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação do Conselho no processo de elaboração, apreciação e aprovação da proposta orçamentária da área, do Plano de Assistência Social, bem como do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.</li> <li>• Acompanhamento da execução do Plano de Assistência Social pelo Conselho.</li> <li>• Acompanhamento, apreciação e aprovação do Conselho da execução orçamentária e financeira dos recursos geridos pelo Fundo.</li> <li>• Lei de Responsabilidade Fiscal e a contratação de servidores públicos.</li> </ul> <p style="text-align: right;">[ 15 ]</p>	Slide 16	<p style="text-align: center;">Alguns desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar a linguagem do financiamento acessível a todos os segmentos do Sistema;</li> <li>• Transparência e prestação de contas de todos os recursos (financiamento direto e renúncia);</li> </ul> <p style="text-align: right;">[ 16 ]</p>
Slide 17	<p style="text-align: center;"><b>EIXO 2: GESTÃO DO SUAS: VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, PROCESSOS DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO</b></p> <p style="text-align: right;">[ 17 ]</p>	Slide 18	<p style="text-align: center;">O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Vigilância socioassistencial incorporada à gestão das SUAS (planejamento, prevenção e notificação e reconstrução de direitos).</li> <li>• Criação, produção e utilização de indicadores municipais de assistência social com base no olhar da vigilância socioassistencial.</li> <li>• Organização da busca ativa no município.</li> <li>• Efetivação do Prontuário SUAS.</li> </ul> <p style="text-align: right;">[ 18 ]</p>
Slide 19	<p style="text-align: center;">Alguns desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Considerar demanda não somente quem chega ao serviço;</li> <li>• Precárias ou inexistentes estratégias de partilha de informação na política e entre políticas;</li> </ul> <p style="text-align: right;">[ 19 ]</p>	Slide 20	<p style="text-align: center;"><b>EIXO 3: GESTÃO DO TRABALHO</b></p> <p style="text-align: right;">[ 20 ]</p>

Slide 21	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Estágio de implementação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOBRH/SUAS no município.</li> <li>Segurança normativo-jurídica e as condições objetivas para a reconfiguração do trabalho social desenvolvido na gestão e no atendimento prestado à população.</li> <li>Realização de concurso público para ampliação do quadro de servidores efetivos e a instituição de carreira específica para os trabalhadores do SUAS.</li> </ul>	Slide 22	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Cofinanciamento federal e o pagamento das equipes de referência, responsáveis pela organização (gestão) e oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios dos SUAS</li> <li>Enfrentamento à precarização dos vínculos trabalhistas, com a adoção de formas flexíveis e precárias de trabalho informal, parcial, temporário, terceirizado, contratação por meio de prego eletrônico, que compromete a continuidade e a permanência dos serviços e dos servidores públicos.</li> <li>Capacitação, formação com planejamento.</li> </ul>
Slide 23	<p>Alguns desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Processos de formação continuados e voltados à criar segurança na produção de respostas;</li> <li>Intervenção menos processual e mais assentada na garantia de direitos, particularmente os direitos 5º e 10º do decálogo dos direitos socioassistenciais.</li> </ul>	Slide 24	<p><b>EIXO 4: GESTÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS</b></p>
Slide 25	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Acompanhamento da gestão dos serviços socioassistenciais no município.</li> <li>Controle social e a fiscalização do desempenho da oferta dos serviços de proteção social básica (PSB) e de proteção social especial (PSE) prestada em parceria entre a rede socioassistencial.</li> <li>Serviços de PSB e PSE e sua vinculação aos CRAS e ao CREAS.</li> <li>Desenvolvimento da ação em rede e a operacionalização entre CRAS e de CREAS.</li> <li>Reordenamento dos serviços de acolhimento.</li> </ul>	Slide 26	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Controle social nas etapas de implementação da Política de Assistência Social: planejamento, acompanhamento, avaliação e fiscalização da oferta dos programas, serviços e benefícios socioassistenciais.</li> <li>Monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS objetivando verificar a assertividade e efetividade das ofertas (provimentos).</li> </ul>
Slide 27	<p>Alguns desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliação de cobertura dos serviços – compromisso com demandas;</li> <li>Olhar o sistema para além das unidades estatais, articulando proteção básica e especial;</li> <li>Definir procedimentos nos serviços adequados aos problemas que se quer enfrentar e em conformidade com as respostas que se quer produzir. <b>Não é improviso!!</b></li> </ul>	Slide 28	<p><b>EIXO 5: GESTÃO DOS BENEFÍCIOS NO SUAS</b></p>
Slide 29	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Qualidade do acesso à orientação, encaminhamento e requerimento do BPC.</li> <li>Condições e formas de acesso dos beneficiários do BPC aos serviços socioassistenciais e as demais políticas públicas.</li> <li>Ações intersetoriais, como os programas BPC/ESCOLA e BPC/TRABALHO, na ampliação da proteção social.</li> <li>Regulamentação e publicização dos critérios, valores e forma de acesso aos benefícios eventuais.</li> <li>Benefícios e Programas de transferência de renda (BPC, Bolsa Família e os demais de âmbito municipal e estadual) e sua integração com os serviços socioassistenciais.</li> </ul>	Slide 30	<p>Alguns desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Compreender benefício como instrumento para assegurar o direito à sobrevivência e para combater à desigualdade de renda;</li> <li>Aperfeiçoar fluxos de comunicação entre políticas para que não haja prejuízo na atenção aos beneficiários;</li> <li>Superar o estabelecimento de critérios morais e excludentes impedindo acesso a benefícios;</li> <li>Ter previsibilidade e planejamento para situações climáticas de incidência constante;</li> </ul>

Slide 31

**EIXO 6: REGIONALIZAÇÃO**

{ 31 }

Slide 32

O que está em debate

- Universalizar o acesso da população à integralidade dos serviços socioassistenciais.
- Formatos de regionalização considerando as necessidades sociais e serviços.
- Diagnóstico estadual sobre vulnerabilidades, riscos e violação de direitos e mapeamento estadual da rede socioassistencial.
- Reconhecimento de diversidade na população nos municípios.

{ 32 }

Slide 33

Alguns desafios

- Assegurar atenção e definir responsabilidades para áreas de divisa municipal;
- Estabelecer responsabilidade compartilhada com a instância estadual para atenção a situações de dimensão intermunicipal.

{ 33 }

Slide 34

A tarefa

São necessárias ações para reduzir o sofrimento humano em ser excluído, propulsão de forças para restaurar a auto-estima face à discriminação. [Os usuários] reclamam da necessária humildade dos agentes institucionais que os tratam como seres desprovidos da capacidade de saber o que desejam ou do que necessitam. A pessoa que recorre, [por] exemplo, a um hospital não busca só atendimento médico. O tratamento que recebe deve reconhecer sua dignidade humana, sua singularidade individual e sua identidade social. **(Sposati: 2007)**

{ 34 }

### Anexo 3 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo I - aprovado

Instrumental 2- Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de Santana 2013 – Eixo I – O cofinanciamento obrigatório da assistência social.

#### 8.1.Análise e Deliberações por eixo – Principais avanços

##### 8.1.Principais avanços

A implementação da deliberação 38/2011 - Garantir recursos para a Comissão de Controle e Monitoramento das Deliberações das Conferências.

A implementação parcial da deliberação 31/2011 - Realizar semestralmente audiências públicas de prestação de contas e de discussão do orçamento da Assistência Social.

Crescimento do repasse do MDS para os Programas de Transferência de Renda.

#### 8.2.Análise e Deliberações por eixo – Principais dificuldades

##### 8.2.Principais dificuldades

Desrespeito às deliberações dos conselhos, principalmente em relação às propostas orçamentárias, somado ao descompasso dos planejamentos anuais dos conselhos com o ciclo orçamentário, resultando entre outras dificuldades no baixo índice de serviços executados diretamente pelo município.

Falta de comando único (municipal e estadual) que entre outras dificuldades geram desvios de finalidade na implementação dos recursos orçamentários na função programática 8 - Assistência Social.

Emendas parlamentares à margem dos fundos e do controle social e grande parte dos recursos orçamentários estaduais que são destinados para convênios diretamente com as organizações.

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS).Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7.Recomendação	8.8.Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
(26/2011)- Fazer gestão junto à SEMPLA e Câmara Municipal para garantir em 2010 a dotação de no mínimo 5% do orçamento federal, estadual e municipal para os respectivos fundos de assistência social, sem vinculação com a verba destinada ao BPC (Benefício de Prestação Continuada).	X	X			
(36/2011) - Ampliar a autonomia e os recursos do COMAS na promoção do controle social e da participação social.	X				
(67/2009) - Qualificar os fóruns locais e municipais sobre as questões pertinentes ao financiamento da política de assistência social.	X				
(31/2009) - Garantir recursos orçamentários para qualificação e instrumentalização de equipes de trabalho da rede socioassistencial conveniada.	X				
(52/2011) - Ampliar a rede socioassistencial em todas as regiões do município, implantando	X				

efetivamente uma unidade de CRAS para cada 5.000 famílias referenciadas (conforme previsto na NOB-SUAS e na Política Nacional de Assistência Social - PNAS), priorizando os locais de alta vulnerabilidade para enfrentamento da extrema pobreza, de acordo com diagnóstico socioterritorial.					
---	--	--	--	--	--

**Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)**

9. Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
Garantir o comando único previsto na NOB/SUAS alocando todo o recurso destinado à Assistência Social nos Fundos de Assistência Social, vetando: a) a utilização dos recursos da Assistência Social para os Fundos de Solidariedade e demais Políticas Públicas; b) Emendas Parlamentares, que também devem ser destinadas exclusivamente ao Fundo da Assistência Social.	X	X	X
Reordenamento das Leis Estaduais adequando-as integralmente ao LOAS/SUAS, com destaque para: a) Constituição Estadual; b) Decreto de Regulamentação do Fundo Social de Solidariedade; c) Lei Orçamentária (vetar repasse direto às organizações); d) Lei de criação do Conselho Estadual de Assistência Social.		X	
Garantir a efetividade do caráter deliberativo dos Conselhos de assistência social nos três níveis de governo, principalmente quanto à proposta orçamentária (conforme artigo 17 parágrafo 4º da Lei Federal 12.435 – “Lei do SUAS”) a ser encaminhada ao Legislativo, bem como à adequação do calendário das conferências ao ciclo orçamentário, compatibilizando-os ainda com os planos municipais de assistência social.	X	X	X

#### Anexo 4 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo II - aprovado

Instrumental 2 - Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de Santana 2013 – EIXO II “Gestão do SUAS: vigilância socioassistencial, processo de planejamento, monitoramento e avaliação” – APROVADO

##### 8.1 Análise e Deliberações por eixo – Principais avanços

###### 8.1. Principais avanços

A implantação do CREAS.

A implantação do NPJ.

##### 8.2. Análise e Deliberações por eixo – Principais dificuldades

###### 8.2. Principais dificuldades

O precário número de serviços especializados, tais como para mulheres vítimas de violências e idosos; e o fechamento de outros serviços (CRECA, Centro de Acolhimento e CCA).

Os formulários preenchidos pelos diferentes serviços não dão conta das características específicas de cada território (por exemplo: idosos e crianças e adolescentes em situação de rua). Não há retorno para os serviços dos dados consolidados.

A falta de comunicação entre os serviços da assistência social e outras secretarias (educação, saúde etc.) que dificulta o atendimento individual e familiar.

##### 8.3 Análise e Deliberações por eixo- Outras observações

###### 8.3. Outras observações

A justificativa apresentada na não implantação do item 55 de 2011 (Elaboração de material técnico para Educação alimentar e nutricional -Proteção Social Básica – prazo: 1º semestre de 2013) não corresponde ao enunciado que se refere a garantir o acesso à alimentação diversificada da população em situação de vulnerabilidade social.

**Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.**

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
33/2009 - Realizar pesquisa de satisfação dos usuários com relação aos serviços da rede socioassistencial e aos direitos socioassistenciais.	X				
37/2011 - Criar plano de divulgação e comunicação da Assistência Social que divulgue dados da área, bem como o decálogo e os serviços socioassistenciais, e que estabeleça canais de comunicação com a sociedade utilizando linguagem simples e acessível.	X	X	X		
52/2011 - Ampliar a rede socioassistencial em todas as regiões do município, implantando efetivamente uma unidade de CRAS para cada 5.000 famílias referenciadas (conforme previsto na	X	X	X		

NOB-SUAS e na Política Nacional de Assistência Social - PNAS), priorizando os locais de alta vulnerabilidade para enfrentamento da extrema pobreza, de acordo com diagnóstico socioterritorial.					
55/2011 - Garantir à população em situação de vulnerabilidade social o acesso à alimentação diversificada e nutricionalmente balanceada, como medida adicional aos benefícios continuados ofertados pela proteção básica.	X	X	X		
09/2011 - Garantir a criação de mecanismos que possibilitem a estruturação da gestão do trabalho e da política de Assistência Social para a gestão do território com publicização dos dados na rede socioassistencial.	X				

**Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)**

9. Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
Ampliação de serviços especializados em cada regional (ex: mulheres vítimas de violências, idosos, Centros de Acolhidas etc.).	X	X	X
Garantir a implantação do prontuário eletrônico do SUAS, com acesso para todos os serviços diretos e conveniados.	X		
Elaboração de instrumentais de registro de atendimento (DEMES) em conjunto com os profissionais que realizam o atendimento direto para que torne possível uma compreensão mais apurada da realidade regional, que permitirá a elaboração de políticas mais efetivas.	X		

**10.1 Avaliação geral da Pré-Conferência**

10.1. Principais pontos positivos
Palestra esclarecedora.
A discussão em grupos menores é mais eficiente.
A condução do grupo pela equipe da empresa contratada.

**10.2 Avaliação geral da Pré-Conferência**

10.2. Principais pontos negativos
Localização geográfica do prédio de difícil acesso.
Falta de infraestrutura para alimentação.
A linguagem utilizada não é acessível a todos os participantes.

**10.3 Avaliação geral da Pré-Conferência**

10.3. Sugestões para futuras conferências
Entrega prévia do material de apoio.
Atenção aos pontos negativos apontados anteriormente para que sejam solucionados para as próximas conferências.

**Anexo 5 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo III - aprovado**

**Instrumental 2 - Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de Santana 2013 – eixo III “Gestão do Trabalho” – APROVADO**

**8.1 Análise e Deliberações por eixo – Principais avanços**

**8.1. Principais avanços**

A publicação das portarias 46 e 47, que possibilitou a criação de alguns cargos e a ampliação de outros.

Publicação da resolução no CNAS - Plano Nacional de Educação Permanente do SUAS.

**8.2. Análise e Deliberações por eixo – Principais dificuldades**

**8.2. Principais dificuldades**

Insuficiência no quadro de RH da rede conveniada para o atendimento dos usuários, bem como defasagem salarial e a ausência de especialistas.

Quadro de RH da rede pública insuficiente para a realização de supervisão e acompanhamento dos serviços e usuários.

A distância para se chegar no Centro de Formação (ESPASO) e a ausência de um plano de capacitação regionalizado.

**8.3 Análise e Deliberações por eixo- Outras observações**

**8.3. Outras observações**

Deliberação 7 – parcerias entre diversas políticas públicas (saúde, esporte, educação, cultura, entre outras).

Deliberação 3 – o enunciado diz respeito tanto a profissionais do poder público quanto aos conveniados, porém a justificativa refere-se apenas ao poder público.

Deliberação 3 – garantia do quadro completo de profissionais, tanto na rede pública, quanto na rede de conveniados.

Deliberação 52 – Garantir o concurso público, para que seja efetiva a implantação dos serviços.

**Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.**

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
03(2009) - Garantir o quadro de recursos humanos dos serviços socioassistenciais previsto nas Portarias, observando as especificidades de cada serviço e dos territórios atendidos, garantindo equipes transdisciplinares nos serviços da rede pública e privada.	X	X	X		
07(2011) - Garantir suporte e acompanhamento profissional especializado, para todos os trabalhadores da rede pública e conveniada, envolvendo atendimento psicológico e psicossocial, com vistas à: a) manutenção e valorização da saúde física e mental dos mesmos; b) prevenção dos riscos a que estão expostos; c) melhoria da atuação dos profissionais da Assistência Social junto aos serviços e usuários, contribuindo para o equilíbrio pessoal e redução das pressões do ambiente.	X				
21(2011) - Aprimorar, implementar e esclarecer a delimitação dos serviços socioassistenciais, visando:	X	X	X		

<ul style="list-style-type: none"> <li>• esclarecer o papel dos profissionais de acordo com a Política Nacional de Assistência Social;</li> <li>• ampliar e alinhar os serviços socioassistenciais aos padrões de qualidade e recursos de infraestrutura física.</li> </ul>					
09(2011) - Garantir a criação de mecanismos que possibilitem a estruturação da gestão do trabalho e da política de Assistência Social para a gestão do território com publicização dos dados na rede socioassistencial.	X	X	X		
52(2011) - Ampliar a rede socioassistencial em todas as regiões do município, implantando efetivamente uma unidade de CRAS para cada 5.000 famílias referenciadas (conforme previsto na NOB-SUAS e na Política Nacional de Assistência Social - PNAS), priorizando os locais de alta vulnerabilidade para enfrentamento da extrema pobreza, de acordo com diagnóstico socioterritorial.	X	X	X		

**Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)**

Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
Revisão da portaria 46 e 47, visando a revisão, ampliação e criação de cargos para o quadro de RH, bem como a sua remuneração a nível municipal, com cofinanciamento compatibilizado.	X	X	X
Adequação do número de servidores da rede pública para o acompanhamento e supervisão da rede conveniada, usuários, bem como para implementação de novos serviços de execução direta.	X	X	X
Descentralização das ações de educação permanente para o desenvolvimento de um plano de capacitação regionalizado.	X	X	X

**10.1 Avaliação geral da Pré-Conferência**

10.1. Principais pontos positivos
Palestra da Plenária Inicial.
Interação na discussão.

**10.2 Avaliação geral da Pré-Conferência**

10.2. Principais pontos negativos
Ausência de usuários.
Tempo insuficiente.

**10.3 Avaliação geral da Pré-Conferência**

10.3. Sugestões para futuras conferências
Melhor divulgação.
Pré-conferência em dois dias. Primeiro dia - Palestra e escolha dos eixos. Segundo dia – trabalho dos eixos e eleição dos delegados.

## Anexo 6 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo IV - aprovado

### Instrumental 2 - Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de SANTANA 2013– Eixo IV “Gestão de Serviços, Programas e Serviços” – Aprovado

#### 8.1 Análise e Deliberações por eixo – Principais avanços

##### 8.1. Principais avanços

Deliberação 54- propõe um controle maior por parte do município em respeito aos direcionamentos dos benefícios assistenciais.

#### 8.2. Análise e Deliberações por eixo – Principais dificuldades

##### 8.2. Principais dificuldades

A comunicação não é funcional, existe a dificuldade de articulação e fluxo das informações dentro das equipes que permeiam SMADS/CRAS/CREAS, serviços e usuários, impossibilitando que o sistema seja utilizado de forma eficaz.

Falta de divulgação das pré-conferências em forma de placas, faixas, cartazes e *folders* nos locais que serão realizadas e nos estabelecimentos de serviços de assistência social.

#### 8.3 Análise e Deliberações por eixo- Outras observações

##### 8.3. Outras observações

O avanço relacionado a comunicação é precária, quase inexistente, dificultando o acesso do serviço junto a rede.

**Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.**

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
57/2009 - Implantar um plano de formação continuada para usuários, trabalhadores, entidades, gestores e conselheiros eleitos para melhor conhecimento dos territórios da assistência social para monitoramento, implantação e ampliação dos serviços socioassistenciais.	x				
37/2011 - Criar plano de divulgação e comunicação da Assistência Social que divulgue dados da área, bem como o decálogo e os serviços socioassistenciais, e que estabeleça canais de comunicação com a sociedade utilizando linguagem simples e acessível.	x				
03/2011 - Garantir o quadro de recursos humanos dos serviços socioassistenciais previsto nas Portarias, observando as especificidades de cada serviço e dos territórios atendidos, garantindo equipes transdisciplinares nos serviços da rede pública e privada.	x				
52/2011 - Ampliar a rede socioassistencial em todas as regiões do município, implantando efetivamente uma unidade de CRAS para cada 5.000 famílias referenciadas (conforme previsto na NOB-SUAS e na Política Nacional de Assistência Social - PNAS), priorizando os locais de alta vulnerabilidade para enfrentamento da extrema pobreza, de acordo com diagnóstico socioterritorial.	x				
35/2011 - a) Implantar Conselhos Gestores nos serviços socioassistenciais, constituídos e compostos por	x				

representantes da gestão do serviço, trabalhadores e usuários. Abrir a participação às pessoas da comunidade e, se necessário e possível, a um representante do poder público. Normatizar que uma cópia da ata de cada reunião do Conselho deverá ser encaminhada para os CRAS e CREAS de cada região. b) Implantar Conselho Gestor nos CRAS e CREAS, composto paritariamente por representantes do poder público e da sociedade civil.					
---	--	--	--	--	--

**Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)**

9. Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
Garantir a articulação e acessibilidade de informações dos instrumentais, tendo metodologias dinâmicas e variadas para a absorção das propostas socioassistenciais e conteúdos de assistência social, através de grupos de discussões, reuniões e acolhimento, bem como na participação do fórum municipal de assistência social – FAS, com destaque nas plenárias para implantação dos conselhos gestores.	X		
Implantar serviços da rede sócio assistencial da proteção social básica como forma de prevenção no território e adequar o RH de CRAS e CREAS ao SUAS, através de concurso público para atendimento eficaz ao usuário e supervisão técnica qualificada.	X		
Garantir a autonomia dos serviços conveniados para poder encaminhar seus usuários, desburocratizando a acessibilidade aos projetos existentes.	X		

**10.1 Avaliação geral da Pré-Conferência**

10.1. Principais pontos positivos
Troca de conhecimentos entre usuários, trabalhadores sociais, trabalhadores do poder público.
Material bem apresentado.
Local adequado para as reuniões.

**10.2 Avaliação geral da Pré-Conferência**

10.2. Principais pontos negativos
Não tem Material em Braille
Não receber o material antes das conferencias para melhor apreciação.
Muito tempo de leitura no regimento e pouco na palestra.
O horário de início dos trabalhos não foi respeitado.

**10.3 Avaliação geral da Pré-Conferência**

10.3. Sugestões para futuras conferências
Na divulgação das conferencias especificar o horário de inicio do cadastramento e início das atividades, dando um maior espaço de horário entre uma e outra.

## Anexo 7 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo V – aprovado

### Instrumental 2 - Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de SANTANA 2013– Eixo V “Gestão de Benefícios do SUAS” – APROVADO

#### 8.1 Análise e Deliberações por eixo – Principais avanços

##### 8.1. Principais avanços

Início da implementação do SUAS no município de São Paulo, que garantiu a descentralização e instalação de CRAS e CREAS regionais, que aproximou os equipamentos do usuário.

Descentralização da gestão dos programas de transferência de renda em São Paulo e reconhecimento de que esses programas são de responsabilidade da Assistência Social.

#### 8.2. Análise e Deliberações por eixo – Principais dificuldades

##### 8.2. Principais dificuldades

Falta de capacitação continuada aos profissionais do CRAS sobre os serviços socioassistenciais para encaminhamento do usuário.

Atualmente, o papel do trabalhador social está em processo de redefinição. Há dificuldade no fluxo de informações, da participação social, além da procura pelos serviços ser unidirecional somente pelo usuário.

Em São Paulo, ainda não foram instalados os conselhos gestores dos programas de transferência de renda, conforme previstos na legislação.

#### 8.3 Análise e Deliberações por eixo- Outras observações

##### 8.3. Outras observações

Centralização da concessão do benefício de passagem em um serviço conveniado da regional de Santana, acarretou uma sobrecarga da região.

**Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.**

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
36 (2011) - Ampliar a autonomia e os recursos do COMAS na promoção do controle social e da participação social.					
55 (2011) - Garantir à população em situação de vulnerabilidade social o acesso à alimentação diversificada e nutricionalmente balanceada, como medida adicional aos benefícios continuados ofertados pela proteção básica.					
33 (2009) - Realizar pesquisa de satisfação dos usuários com relação aos serviços da rede socioassistencial e aos direitos socioassistenciais.					
56 (2011) - Viabilizar aumento de 30% no valor do benefício do Programa Renda Mínima (Programa de					

Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal - PGRFMM), com alteração dos requisitos exigidos para inclusão de beneficiários e com adoção do per capita de até meio salário mínimo, independente da composição familiar e faixa etária.					
--	--	--	--	--	--

**Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)**

9. Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
Criação de conselhos gestores nos CRAS e CREAS.	X		
Maior divulgação e comunicação dos benefícios na Assistência Social e Programas de Transferência de Renda.	X	X	X
Garantir nos programas de Assistência Social do município o atendimento e orientação a todos os grupos sociais, observando gênero, etnia etc.	X	X	X

## **Anexo 8 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo VI – aprovado**

### **Instrumental 2 - Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de SANTANA 2013 – Eixo VI “Regionalização” – APROVADO**

#### **8.1 Análise e Deliberações por eixo – Principais avanços**

<b>8.1. Principais avanços</b>
Qualificação aos trabalhadores sociais, embora deficitária.
Comunicação que permite a apropriação dos conteúdos da política de assistência social.
Deliberação 04(2011) - Elevar o percentual do orçamento total do município destinado à Assistência Social, garantindo o percentual de no mínimo 5% destinado a assistência social, garantindo recursos para: <ul style="list-style-type: none"><li>• Contratação, capacitação e atualização salarial dos trabalhadores do SUAS conforme o IPCA;</li><li>• Revisão da planilha de custos para os trabalhadores socioeducativos que contemple o acesso e permanência do trabalhador no equipamento, por meio de recursos destinados ao transporte e aumento do número de horas mensais de oficinas por oficinairos;</li><li>• Verba específica para capacitação garantida nos termos de convênio;</li><li>• Garantir o repasse na verba para contemplar o reajuste de salário dos trabalhadores;</li><li>• Garantir recursos para a efetivação das atividades pedagógicas.</li></ul>

#### **8.2. Análise e Deliberações por eixo – Principais dificuldades**

<b>8.2. Principais dificuldades</b>
Ainda é deficitário o repasse de informações sobre os direitos socioassistenciais à população.
Deliberação 02(2011) - Ampliar o quadro de recursos humanos dos CRAS, CREAS e serviços conveniados, observando os seguintes critérios: <ul style="list-style-type: none"><li>• Abertura de concursos públicos para a contratação dos trabalhadores da rede pública de todos os níveis e categorias;</li><li>• Garantia da Proporcionalidade entre trabalhadores e atendimentos realizados, indicando o número máximo de famílias/serviços por técnico de acordo com a tipificação do serviço;</li><li>• Criação do cargo e contratação de advogado para os CREAS, conforme previsto na NOB-RH;</li><li>• Contratação de pedagogo e psicólogo e assistente social para os CCA, CJ, CEDESP, CRECI;</li><li>• Abertura de concurso público e nomeação em caráter de emergência para contratação de servidores públicos para os CRAS e CREAS em compatibilidade com as famílias referenciadas em cada território.</li></ul> É justamente a abertura de concursos públicos e a contratação de defensores públicos
O fechamento das CAS.

#### **8.3 Análise e Deliberações por eixo- Outras observações**

<b>8.3. Outras observações</b>
Deliberação 55(2011) O grupo considera prioridade, garantir acesso aos alimentos, antes mesmo da elaboração do material técnico (prazo de implantação desta deliberação seja para o 2º semestre de 2013).
Deliberação 52(2011) Que seja acompanhado o aumento do quadro de funcionários, absorvendo trabalhadores da região.

**Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.**

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
35(2011) - a) Implantar Conselhos Gestores nos serviços socioassistenciais, constituídos e compostos por representantes da gestão do serviço, trabalhadores e usuários. Abrir a participação às pessoas da comunidade e, se necessário e possível, a um representante do poder público. Normatizar que uma cópia da ata de cada reunião do Conselho deverá ser encaminhada para os CRAS e CREAS de cada região. b) Implantar Conselho Gestor nos CRAS e CREAS, composto paritariamente por representantes do poder público e da sociedade civil.	X	X			
67(2009)- Qualificar os fóruns locais e municipais sobre as questões pertinentes ao financiamento da política de assistência social.	X	X			
55(2011) - Garantir à população em situação de vulnerabilidade social o acesso à alimentação diversificada e nutricionalmente balanceada, como medida adicional aos benefícios continuados ofertados pela proteção básica.	X	X	X		
56(2011) - Viabilizar aumento de 30% no valor do benefício do Programa Renda Mínima (Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal - PGRFMM), com alteração dos requisitos exigidos para inclusão de beneficiários e com adoção do <i>per capita</i> de até meio salário mínimo, independente da composição familiar e faixa etária.	X				
52(2011) - Ampliar a rede socioassistencial em todas as regiões do município, implantando efetivamente uma unidade de CRAS para cada 5.000 famílias referenciadas (conforme previsto na NOB-SUAS e na Política Nacional de Assistência Social - PNAS), priorizando os locais de alta vulnerabilidade para enfrentamento da extrema pobreza, de acordo com diagnóstico socioterritorial.	X	X	X		

**Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)**

9. Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
Que as famílias beneficiadas pelo programa renda mínima (Programa de garantia de renda familiar mínima municipal-PGRFMM), recebam capacitação profissional e sejam incluídas nos programas de frente de emergência/frente de trabalho.	X	X	X
Cofinanciamento estadual baseado em índices técnicos de vulnerabilidade social.		X	

#### 10.1 Avaliação geral da Pré-Conferência

10.1. Principais pontos positivos
A oportunidade do exercício de cidadania.

#### 10.3 Avaliação geral da Pré-Conferência

10.3.Sugestões para futuras conferências
Melhorar o áudio da conferência.

## **Anexo 9 – Moções da Pré-Conferência Regional de Santana**

### **MOÇÃO**

#### **Pré-Conferência Regional de Santana/ Tucuruvi**

TIPO DE MOÇÃO: RECOMENDAÇÃO

DESTINATÁRIO DA MOÇÃO: CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS TRÊS NÍVEIS DE GOVERNO

MOTIVO:

#### **TEXTO:**

Que as próximas conferências de assistência social sejam precedidas de audiências públicas nos 3 níveis, partindo das cidades p/ definição do tema; eixos/subsistemas; critérios de eleição de delegados; critérios p/ a definição do número de delegados em cada esfera; bem como adoção do critério de proporcionalidade em substituição ao da paridade na participação geral na composição das delegações em cada esfera.

**ASSINATURA: 41**

### **MOÇÃO**

#### **Pré-Conferência Regional de Santana/ Tucuruvi**

TIPO DE MOÇÃO: REPUDIO

DESTINATÁRIO DA MOÇÃO: CONGRESSO NACIONAL (CÂMARA E SENADO), CONSELHOS DCA DE TODOS OS NÍVEIS, SEDH, FÓRUMS DCA, CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS.

MOTIVO: PROPOSTA DE REDUÇÃO DA IDADE PENAL E DE CRIMINALIZAÇÃO DAS MEDIDAS SÓCIO EDUCATIVAS

#### **TEXTO:**

Os delegados dessa pré-conferência vem a público manifestar seu veemente repudio a todas as propostas de redução da idade penal bem como as que tenham por objetivo criminalizar as medidas socioeducativas, Inviabilizando a efetividade de seu caráter, por estarem em total desacordo com todo o marco legal vigente (Nacional e Internacional – convenção DCA). Cumpre esclarecer que no marco legal nacional (constituição federal e lei 8069/90) estes foram construídos histórica e socialmente por nós cidadãos e cidadãs na luta por um país mais justo e mais democrático, que consagrou a doutrina da proteção integral e a criança e o adolescente enquanto sujeitos de direito em condição peculiar de desenvolvimento. Cumpre ainda esclarecer que tais proposituras visam neste momento conjuntural apenas tirar o foco da brutal crise existente na segurança pública, resultado de nossa profunda desigualdade social, fruto da negociação sugestiva e repetida de direitos humanos, políticos, sociais e econômicos, onde os índices de criminalidade dispararam e busca-se mais uma vez um “bode expiatório”, desviando o foco da real e profunda reflexão necessária que tal conjuntura nos impõe, desprezando nosso regramento constitucional que define o capítulo dos direitos fundamentais da pessoa humana como cláusula pétrea.

**ASSINATURAS: 40**

## **MOÇÃO**

### **Pré-Conferência Regional de Santana/ Tucuruvi**

TIPO DE MOÇÃO: APOIO

DESTINATÁRIO DA MOÇÃO: CONSELHO ESTADUAL, MUNICIPAL, NACIONAL A.S, SECRETARIA MUNICIPAL AS, SEDS E MDS, FÓRUM MUNICIPAL A.S.

MOTIVO: APOIO A CARTA ABERTA DO FAS DE JULHO 2013

#### **TEXTO:**

Nós delegados participantes desta Pré-Conferência vimos a público manifestar nosso apoio a carta aberta do Fórum Municipal de Assistência Social, divulgada recentemente na defesa da legalidade quanto a representação do segmento entidades de assistência social, onde uma organização que ocupa esse assento há mais de um ano, foi incapaz de apresentar seu certificado de registro no Conselho Municipal de Assistência Social, o que configura sua inexistência enquanto entidade nessa modalidade, inviabilizando sua permanência nessa representação. Outrossim para decorrência, defendemos a imediata posse da entidade suplente de maneira a reestabelecer a legalidade e a paridade no COMAS/SP.

#### **ASSINATURAS: 30**

## **MOÇÃO**

### **Pré-Conferência Regional de Santana/ Tucuruvi**

TIPO DE MOÇÃO: REPUDIO

DESTINATÁRIO DA MOÇÃO:

MOTIVO: AO ATUAL SISTEMA DE GESTÃO E FINANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CIDADE DE SÃO PAULO

#### **TEXTO:**

Nós participantes da X Pré - Conferência Regional de Assistência Social vimos a públicos por meio desta carta, manifestar nosso repúdio a forma como há anos vem sendo trata a gestão e financiamento dos benefícios eventuais de Assistência Social na cidade de São Paulo.

Os Benefícios Eventuais estão previstos na Política de Assistência inscritos na lei n 8.742, de 7/12/1993, Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS, art. 22, parágrafos 1 e 2 como direito social. É uma modalidade de provisão de proteção social básica de caráter complementar e temporário que integra organicamente as garantias do SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais humanos. Os Benefícios Eventuais do SUAS visam cobrir necessidades temporárias em razão de contingências, relativas a situações de desvantagem pessoal ou a ocorrências de incertezas que representam perdas e danos. Considerando inclusive que incertas são as situações de contingência vivida pelos usuários e não a sua provisão.

No município de São Paulo, estes benefícios foram regulamentados através da Portaria 44/2009 de SMADS, contundo o mesmo não aconteceu com a garantia de financiamento específico e permanente para a concessão destes, já que a Portaria não especifica a qual processo de despesa deva se subordinar a concessão dos Benefícios Eventuais, sendo desta forma realizada pelo Regime de Adiantamento, geralmente no período de Fevereiro a Novembro do ano de exercício, desconsiderando a provisão certa para momentos incertos.

A gravidade da situação nos impõe a necessidade de mudanças urgentes, pois em todo o município de São Paulo o orçamento disponibilizado para o atendimento da ampla população não corresponde à realidade de cobertura, fator este que implica em os CRAS não conseguirem atender a população nos momentos de maior insegurança social.

Neste sentido, repudiamos nesta Pré — Conferência a forma como vem sendo executada a gestão, o financiamento e a qualidade dos Benefícios Eventuais do SUAS no município de São Paulo, e exigimos o respeito aos princípios da legislação vigente, de modo a garantir a concretização de um efetivo Sistema Único de Assistência Social.

#### **ASSINATURAS: 27**